

PAN-BR 2026-2030

PLANO DE AÇÃO
NACIONAL DE
PREVENÇÃO
E CONTROLE DA
RESISTÊNCIA AOS
ANTIMICROBIANOS
NO ÂMBITO
DE UMA SÓ SAÚDE
2026-2030

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente

Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública

Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito de Uma Só Saúde - 2026-2030

PAN-BR 2026-2030

Versão preliminar

Brasília/DF

2026

2026 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsmms.saude.gov.br.

1ª edição – 2026 – versão preliminar

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente

Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública

SRTVN 701, via W5 Norte, Edifício PO 700, 7º andar

CEP: 70723-040 – Brasília/DF

Site: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/r/ram>

E-mail: cglab.coordenacao@saude.gov.br

Ministro da Saúde:

Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente:

Mariângela Batista Galvão Simão

Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública

Karen Machado Gomes

Edição-geral:

André Luiz de Abreu – CGLAB/SVSA

Débora Kulek de Oliveira - CGLAB/SVSA

Luciana Rodrigues de Almeida - CGLAB/SVSA

Marcelo Pillonetto – CGLAB/SVSA

Renata Tigulini de Souza Bogo - CGLAB/SVSA

Elaboração:

Barbara Caroline Pereira da Silva – CGLAB/SVSA

Fabiano Barreto Rocha - CGLAB/SVSA

Gabriela Andrade Pereira - CGLAB/SVSA

Karen Machado Gomes - CGLAB/SVSA

Karina Ribeiro Leite Jardim Cavalcante- CGLAB/SVSA

Lúcia Helena Berto - CGLAB/SVSA

Roberta Paim Guimarães - CGLAB/SVSA

Rodrigo da Silva Viana - CGLAB/SVSA

Geovani de Oliveira Ribeiro - CGLAB/SVSA

Gabriel Joventino do Nascimento - CGLAB/SVSA

Simone Goncalves Senna - CGLAB/SVSA

Sara de Moura Lima - CGLAB/SVSA

Marisa Perdigão de Negreiros Vianna - CGLAB/SVSA

Marcelo Pillonetto - CGLAB/SVSA

Nicole Menezes de Souza - CGTM/DATHI/SVSA

Eduardo de Souza Alves - CGTM/DATHI/SVSA

Artemir Coelho de Brito - CGTM/DATHI/SVSA

Luiz Henrique Arroyo - CGTM/DATHI/SVSA

Ciro Martins Gomes - CGHDE/DEDT/SVSA

Jurema Guerrieri Brandão - CGHDE/DEDT/SVSA

Marcela de Carvalho Campos - CGHDE/DEDT/SVSA

Alexandre Casimiro de Macedo - CGHDE/DEDT/SVSA

Doralice Severo da Cruz - CGSB/DESF/SAPS

Marcus Vinicius Camargo Prates - CGSB/DESF/SAPS

Pâmela Cristina Gaspar - CGIST/DATHI/SVSA

Alisson Bigolin - CGIST/DATHI/SVSA

Luiz Henrique Costa - DAF/SECTICS

Igor Luiz Cerqueira - DAF/SECTICS
Benilson Beloti Barreto - DAF/SECTICS
Vera Lúcia Luiza – CNPURN
Klébya Hellen Dantas de Oliveira – CGPCDT/DGITS/SCTIE
Marta da Cunha Lobo Souto Maior – CGPCDT/DGITS/SCTIE
Rosângela Maria Gomes – CGPCDT/DGITS/SCTIE
Thais Piazza de Melo - CGPCDT/DGITS/SCTIE
Fernanda Barbosa de Queiroz - CGVAM/DVSAT/SVSA
Natiela Beatriz de Oliveira - CGZV/DEDT/SVSA
Ana Júlia Silva e Alves - CGZV/DEDT/SVSA
Vivyanne Santiago Magalhães - CGZV/DEDT/SVSA
Clarissa Silveira Luiz Vaz - EMBRAPA
Guilherme Nunes de Souza - EMBRAPA
Jalusa Deon Kich - EMBRAPA
Gustavo Laine Araújo de Oliveira - CGEDS/DESID/SCTIE
Ivanessa Thaianne do Nascimento Cavalcanti - CAES/DESID/SCTIE
Mariana Marzullo Pedreira - CAES/DESID/SCTIE
Allana Ferreira da Costa Pessoa - DECIT/SECTIE/MS
Denise Lins de Sousa - DECIT/SECTIE/MS
Flávia Furtado Mulinari - DECIT/SECTIE/MS
Patricia de Campos Couto - DECIT/SECTIE/MS
Ana Clara Ribeiro Bello dos Santos - Anvisa
André Anderson Carvalho - Anvisa
Cláudio Nishizawa - Anvisa
Cleide Felicia de Mesquita Ribeiro - Anvisa
Daniela Pina Marques Tomazini - Anvisa
Heiko Thereza Santana - Anvisa
Humberto Luiz Couto Amaral de Moura - Anvisa
Lilian de Souza Barros - Anvisa
Luciana Silva da Cruz de Oliveira - Anvisa
Magda Machado de Miranda Costa - Anvisa
Mara Rúbia Santos Gonçalves - Anvisa
Maria Dolores Santos da Purificação Nogueira - Anvisa
Mônica da Luz - Anvisa
Uiara Cavalcante Silva – Anvisa
Diego Menezes de Brito - CPRA/Mapa
Valéria Stacchini Ferreira Homem - CPRA/Mapa
Thiago de Mello Moraes - CGSB/DEPTE/SEPPE/MCTI
Ana Paula D’Alincourt Carvalho Assef – Fiocruz
Rogério Lima - Organização Pan-Americana da Saúde

Organização:

André Luiz de Abreu – CGLAB/SVSA
Karen Machado Gomes - CGLAB/SVSA
Renata Tigulini de Souza Bogo - CGLAB/SVSA

Colaboração:

Grupo técnico de Uma Só Saúde – Subgrupo 5 - Resistência Antimicrobiana

Revisão técnica-científica:

Giovanna Lêdo da Silva – CGEVSA/Daevs/SVSA
Kathiaja Miranda Souza – CGEVSA/Daevs/SVSA
Tatiane Fernandes Portal de Lima Alves da Silva – CGEVSA/Daevs/SVSA

Lista de Figuras

Figura 1- Linha do tempo de desenvolvimento PAN-BR 2026-2030.....	21
Figura 2 - Proporção de atividades por eixo de ação - PAN-BR 2026-2030	296
Figura 3 - Modelo Lógico - PAN-BR 2026-2030.....	29

Lista de Quadros

Quadro 1- Lista de documentos orientadores da elaboração do Plano de Ação Nacional 2026-2030	23
Quadro 2 - Matriz SWOT	25
Quadro 3 - Objetivo Estratégico 1.....	31
Quadro 4 - Objetivo Estratégico 2.....	35
Quadro 5 - Objetivo Estratégico 3.....	36
Quadro 6 - Objetivo Estratégico 4	38
Quadro 7 - Objetivo Estratégico 5.....	39

Lista de Abreviaturas

Sigla	Descrição
ABIH	Associação Brasileira de Profissionais em Controle de Infecção e Epidemiologia Hospitalar
ABTMO	Associação Brasileira de Transplante de Medula Óssea
ABTO	Associação Brasileira de Transplante de Órgãos
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
Aisa	Assessoria Internacional de Saúde
AMS	Assembleia Mundial da Saúde
AMR	<i>Antimicrobial Resistance</i>
ANA	Agência Nacional de Águas
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
APS	Atenção Primária à Saúde
Ascom	Assessoria de Comunicação
Avasus	Ambiente Virtual de Aprendizagem do SUS
AWaRe	<i>Access, Watch, Reserve</i> (Classificação de antibióticos da OMS)
BE	Boletim Epidemiológico
BR-GLASS	Sistema Nacional de Vigilância de Resistência aos Antimicrobianos
BrCAST	Comitê Brasileiro de Testes de Sensibilidade
BRICS	Bloco econômico (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)
Catrem	Câmara Técnica de Resistência aos Antimicrobianos
CAES	Coordenação de Avaliação em Economia da Saúde
CECIRAS	Coordenações Estaduais de Controle de Infecções Relacionadas a Assistência de Saúde
CCIH	Comissão de Controle de Infecção Hospitalar
CCR/DTEC	Coordenação de Comunicação de Risco / Departamento de Tecnologias em Saúde
CDCIRAS	Coordenações Distrital de Controle de Infecções Relacionadas a Assistência de Saúde
Cenp	Centro de Ensino e Pesquisa
CFF	Conselho Federal de Farmácia
CGDI	Coordenação-Geral de Documentação e Informação
CGDEP	Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços
CGEDS	Coordenação-Geral de Economia da Saúde
CGSB	Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias, do Departamento de Programas Temáticos, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
CGHDE	Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar
CGHOSP	Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar
CGIST	Coordenação-Geral de Vigilância de Infecções Sexualmente Transmissíveis
CGPCDT	Coordenação-Geral de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas
CGSB	Coordenação-Geral de Saúde Bucal
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CIEVS	Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde

CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CFM	Conselho Federal de Medicina
CFMV	Conselho Federal de Medicina Veterinária
CGLAB	Coordenação-Geral de Laboratórios de Saúde Pública
CGPS	Coordenação-Geral de Evidências e Pesquisa em Saúde
CGTM	Coordenação-Geral de Vigilância da Tuberculose, Micoses Endêmicas e Micobactérias Não Tuberculosas
CGZV	Coordenação-Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial
CMCIRAS	Coordenações Municipais de Controle de Infecções Relacionadas a Assistência de Saúde
CNCIRAS	Comissão Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPURM	Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conasems	Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
Conass	Conselho Nacional de Secretários de Saúde
Conitec	Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde
COVIGSAL/MERCOSUL	Comissão de Vigilância em Saúde do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
Conjur	Consultoria Jurídica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
COVID-19	Doença por coronavírus 2019, do inglês <i>coronavirus disease 2019</i>
DATHI/SVSA/MS	Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
DAF	Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos
DAENT	Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis
DAEVS	Departamento de Ações Estratégicas de Epidemiologia e Vigilância em Saúde e Ambiente
DataSUS	Departamento de Informática do SUS
DECAP/SDI	Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária, vinculado à Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo
DECIT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DECIS	Departamento do Completo Econômico-Industrial da Saúde
DEDT	Departamento de Doenças Transmissíveis
DEMSP	Departamento de Emergências em Saúde Pública
DESF	Departamento de Saúde da Família
DESID	Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento
DF	Distrito Federal
DGITS	Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde
DLSP	Diretrizes Laboratoriais de Saúde Pública
DPNI	Departamento do Programa Nacional de Imunizações
DSA/SDA	Departamento de Saúde Animal, vinculado à Secretaria de Defesa Agropecuária
DVSAT	Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública (Fiocruz)
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, do inglês <i>Food and Agriculture Organization</i>
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz

FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GAL	Gerenciador de Ambiente Laboratorial
GELAS	Gerência de Laboratórios de Saúde Pública
G20	Grupo dos 20 (Fórum de cooperação econômica internacional)
GARDP	<i>Global Antibiotic Research and Development Partnership</i>
GAP-AMR	Plano de Ação Global de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos
GEVSA	Coordenação-Geral de Editoração e Programação Visual em Saúde
GGMON	Gerência-Geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária
GGTES	Gerência-Geral de Tecnologia em Serviços de Saúde
GLASS	<i>Global Antimicrobial Resistance Surveillance System</i>
GLASS-U	<i>Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (Módulo de Uso)</i>
GLG	<i>Global Leaders Group on Antimicrobial Resistance</i>
GTRAM	Grupo Técnico de Resistência aos Antimicrobianos
GTESP	Grupo de Tecnologia, Ensino e Segurança do Paciente
GVIMS	Gerência de Vigilância e Monitoramento em Serviços de Saúde (Anvisa)
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana, do inglês <i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IAL	Instituto Adolfo Lutz
IEC	Instituto Evandro Chagas
IMPACTO-MR	Plataforma de Projetos de Apoio ao Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos
IE	Intervenções Estratégicas
IRAS	Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
LABSur	Laboratório de Bacteriologia Aplicada a Saúde Única e Resistência Antimicrobiana
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública
LBMMS/UFSC	Laboratório de Biologia Molecular, Microbiologia e Sorologia/Universidade Federal de Santa Catarina
Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
MCidades	Ministério das Cidades
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMFDH	Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MDR	Resistência a múltiplas drogas
Nucom/SVSA	Núcleo de Comunicação da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivo Estratégico
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMSA	Organização Mundial da Saúde Animal
OP	Objetivo Principal
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PAN-BR	Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no âmbito da Saúde Única
PAN-BR AGRO	Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no âmbito da Agropecuária
PAN-BR VISA	Plano de Ação Nacional da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos
PCI	Prevenção e controle de infecção
PCDT	Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas
PGA	Programa de Gerenciamento de Antimicrobianos
PIB	Produto Interno Bruto
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PNAUM	Pesquisa Nacional de Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos
PNI	Programa Nacional de Imunizações
PNPCIRAS	Programa Nacional De Prevenção e Controle De Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde
PNS	Plano Nacional de Saúde
PPA	Plano Plurianual
PQAVS	Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde
PROADI-SUS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde
PSE	Programa Saúde na Escola
PTA	Plano de Trabalho Anual
RAM	Resistência aos Antimicrobianos
RDC	Resolução de Diretoria Colegiada
ReLAVRA	Rede Latino-americana de Vigilância de Resistência aos antimicrobianos
RENIC	Rede de Isolamento e Caracterização do HIV
RESS	Epidemiologia e Serviços de Saúde: revista do SUS
ReViRAE	Rede de Vigilância da Resistência Antimicrobiana no Esgoto
RENAME	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
RNDS	Rede Nacional de Dados em Saúde
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
RTD	Resistência Transmitida a Droga
RNLSP	Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública
SAES	Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
SAPS	Secretaria de Atenção Primária à Saúde
SAS/MS	Secretaria de Atenção à Saúde
SBAC	Sociedade Brasileira de Análises Clínicas
SBI	Sociedade Brasileira de Infectologia
SBM	Sociedade Brasileira de Microbiologia
SBPC/ML	Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial
SCTIE	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde
SE	Secretaria Executiva
SEGEST	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
SEIDIGI	Secretaria de Informação e Saúde Digital
SEPPE	Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos
SES	Secretaria Estadual de Saúde
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SenGono	Vigilância da resistência de <i>Neisseria gonorrhoeae</i>

SGIMS	Sistema de Gestão de Informações e Monitoramento em Saúde
SNGPC	Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados
SISLAB	Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública
SLIPTA	<i>Stepwise Laboratory Quality Improvement Process Towards Accreditation</i>
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SPAR	<i>State Party Self-Assessment Annual Reporting Tool</i>
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>
SVSA	Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
SUS	Sistema Único de Saúde
TB	Tuberculose
TB-DR	Tuberculose Drogarresistente
TB-MDR	Tuberculose multirresistente
TB-RR	Tuberculose resistente à rifampicina
tNGS	<i>Targeted Next Generation Sequencing</i>
TSA	Testes de Suscetibilidade Antimicrobianos
UF	Unidade Federativa
UsS	Uma Só Saúde
UNA-SUS	Universidade Aberta do SUS
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
URM	Uso Racional de Medicamentos
UTI	Unidades de Terapia Intensiva
VISA	Vigilância Sanitária
vigiRAM	Projeto de Fortalecimento do Sistema Brasileiro de Vigilância da Resistência Antimicrobiana
WAAW	Semana Mundial de Conscientização sobre Resistência aos Antimicrobianos, do inglês <i>World Antimicrobial Resistance Awareness Week</i>

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	13
1 Introdução	15
1.1 Resistência aos Antimicrobianos – Um problema global de saúde pública	15
1.2 Resistência aos Antimicrobianos na abordagem Uma Só Saúde	17
1.2.1 A implantação do Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde.....	17
1.3 Mudanças Climáticas e resistência Aos antimicrobianos	18
1.4 A Importância do Uso Racional e do Descarte Adequado de Antimicrobianos	18
1.5 Objetivo Central e Processo de Construção	19
2 Método de desenvolvimento e priorização	20
3 Estrutura do PAN-BR 2026-2030	26
4 Objetivos Estratégicos	31
4.1 Objetivo Estratégico 1 - Fortalecer a governança e Coordenação em RAM	31
4.2 Objetivo Estratégico 2 - Fortalecer a conscientização, COMUNICAÇÃO e educação em RAM	32
4.2 Objetivo Estratégico 3 - Fortalecer o conhecimento e a base científica por meio da vigilância, pesquisa e inovação	35
4.3 Objetivo Estratégico 4 - Reduzir a Incidência de Infecções com medidas eficazes de saneamento, higiene e prevenção de infecções	37
4.4 Objetivo Estratégico 5 - Ampliação do acesso oportuno e de qualidade ao diagnóstico, tratamento e aos serviços de saúde	38
5 Guia de Aplicação Prática do PAN-BR 2026-2030	40
6 Considerações Finais	41
7 Referências	44
Apêndice 1 – Plano Estratégico Executivo	47

APRESENTAÇÃO

O Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito de Uma Só Saúde (PAN-BR 2026-2030) foi elaborado para integrar de forma coordenada as ações voltadas ao enfrentamento da Resistência aos Antimicrobianos (RAM) nas áreas de saúde humana, animal, vegetal e meio ambiente. A proposta central é fortalecer mecanismos de governança, promover a articulação multissetorial, estimular a geração de conhecimento e aprimorar instrumentos de prevenção.

Além disso, o plano enfatiza o engajamento comunitário e a promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde. Entre os objetivos principais está a redução da mortalidade causada por infecções associadas à RAM, bem como a preservação da eficácia e do potencial terapêutico dos antimicrobianos disponíveis, garantindo respostas mais efetivas e sustentáveis diante desse desafio global.

O PAN-BR 2026-2030 parte da análise das atividades das áreas técnicas envolvidas e da necessidade de consolidar e integrar as ações multissetoriais propostas no primeiro ciclo (2018-2022), considerando as vulnerabilidades identificadas, como a falta de comunicação entre setores, e priorizando ações nacionais definidas com base em critérios técnicos e resultados observados. Dessa forma, reforça o compromisso com a melhoria contínua e com o enfrentamento estratégico da RAM.

Sua elaboração é orientada pelo Plano de Ação Global de Resistência aos Antimicrobianos, que fornece as diretrizes gerais do enfrentamento à RAM (OMS, 2015). O Plano Global de Ação Conjunta em Uma Só Saúde 2022-2026 (Quadripartite Organizations, 2022), detalha as ações integradas entre os setores de saúde humana, animal e ambiental. Também adota a Agenda de Prioridades Estratégicas e Operacionais para prevenção e controle da RAM na saúde humana – Agenda 2025-2035, responsável pela definição das prioridades nacionais (OMS, 2024a).

Além disso, considera a Declaração Política em Resistência aos Antimicrobianos, aprovada durante a 2ª Reunião de Alto Nível da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 26 de setembro de 2024 e seu compromisso para a redução em, no mínimo, 10 % no número de óbitos globais associados a infecções bacterianas resistentes até 2030, tendo como base os 4.95 milhões de óbitos associados registrados em 2019 (AGNU, 2024). Essa declaração, assim como a Declaração conjunta do BRICS (2024) e a Declaração em Mudanças Climáticas, Saúde e Equidade e Uma Só Saúde, aprovada durante a presidência brasileira no G20 (G20, 2024), reforçam os compromissos internacionais assumidos pelo país no tema.

O PAN-BR 2026-2030 elenca as estratégias para ampliar o acesso aos instrumentos de prevenção, orientação, diagnóstico e tratamento de qualidade conforme os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Tais estratégias estão alinhadas a ações e programas prioritários de vigilância, prevenção e promoção da saúde da população brasileira.

Adicionalmente às ações sob responsabilidade do Governo Federal, o presente plano busca o fortalecimento e integração com Estados, Distrito Federal e Municípios, tanto para a orientação na estruturação dos serviços, quanto para a amplificação das experiências exitosas realizadas pelas equipes locais para a comunicação, conscientização, prevenção e controle da RAM.

1 INTRODUÇÃO

1.1 RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS – UM PROBLEMA GLOBAL DE SAÚDE PÚBLICA

A RAM é um dos maiores problemas de saúde pública, com impactos diretos na saúde humana, animal, ambiental bem como segurança hídrica e alimentar, com projeções de desdobramentos negativos no âmbito social, econômico e do desenvolvimento científico. Segundo relatório do *Global Leaders Group on Antimicrobial Resistance* (GLG), caso os níveis atuais de investimentos sejam mantidos, sem ampliação das ações de prevenção e controle da RAM, estima-se que a expectativa de vida global possa ser reduzida, em média, em 1,8 anos até 2035. Entre os países de baixa e média renda da região das Américas, essa redução poderá chegar a 2 ou 3 anos. Os impactos econômicos e sobre os sistemas de saúde também serão significativos, com potencial redução da força de trabalho e da produtividade, como consequência do aumento do tempo e dos custos dos tratamentos de infecções causadas por microrganismos resistentes (Global Leaders Group on Antimicrobial Resistance, 2024).

A RAM é definida pela capacidade de microrganismos – como bactérias, fungos e vírus – em resistir à ação de agentes antimicrobianos em decorrência de mutações em seu material genético. Este fenômeno pode ocorrer naturalmente a partir da pressão seletiva no ambiente, mas é significativamente intensificado pela ação humana, sobretudo a exposição a antimicrobianos, as falhas nas condições de higiene e saneamento, e o descarte inadequado de resíduos contaminantes (McEwen; Collignon, 2018a).

O uso excessivo e muitas vezes inadequado de antimicrobianos na saúde humana e animal, e em práticas agropecuárias, aliado à degradação ambiental pelo descarte inadequado de resíduos, figura entre os principais fatores que aceleram o desenvolvimento e a disseminação dos mecanismos de resistência. Essa combinação de múltiplos determinantes faz com que a RAM seja um dos eixos da abordagem Uma Só Saúde (do inglês *One Health*) (Velazquez-Meza et al., 2022).

Como consequência, a RAM ameaça os avanços tecnológicos no campo da terapêutica antimicrobiana, comprometendo sua eficácia e disponibilidade. Com isso, os tratamentos tornam-se mais demorados, onerosos e, portanto, menos acessíveis, especialmente em países de baixa e média renda, onde o acesso oportuno à terapia adequada já é limitado.

Acrescenta-se a esse cenário a diminuição no desenvolvimento de novos antimicrobianos como alternativas terapêuticas, o que compromete ainda mais o acesso da população a tratamentos eficazes.

Estimativas globais indicam que, anualmente, 1,27 milhão de mortes são atribuídas e outras 4,95 milhões estão associados às infecções por bactérias resistentes. Esses números posicionam a RAM entre as 10 principais causas de óbitos no mundo. Crianças menores de 5 anos representam uma em cada cinco dessas mortes, frequentemente por infecções preveníveis por imunização, acesso ao saneamento básico e a boas condições de higiene (Murray et al., 2022).

As projeções estimam que, se o cenário de investimentos em ações de prevenção e controle da RAM e em inovação terapêutica permanecer nos níveis atuais, o número de óbitos associados a infecções resistentes poderá alcançar 39 milhões entre 2025 e 2050 (Naghavi et al., 2024a).

Do ponto de vista econômico, o Banco Mundial estima que, mantidas as condições atuais, a RAM poderá gerar uma perda anual de até 3.4 trilhões de dólares no Produto Interno Bruto (PIB) global até 2030, devido à queda na produtividade e aos custos crescentes com saúde. Consequentemente, até 24 milhões de pessoas poderão ser incluídas na linha da extrema pobreza até 2050 (World Bank, 2017).

Em 2020, a RAM foi incorporada ao monitoramento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 – Saúde e Bem-estar, por meio do indicador 3.d.2 (proporção de infecções de corrente sanguínea causadas por microrganismos resistentes a antimicrobianos). No entanto, dada sua natureza transversal, o avanço da RAM pode comprometer o progresso de outros ODS, como Erradicação da Pobreza (ODS 1), Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2), Igualdade de Gênero (ODS 5), Trabalho Decente e Crescimento

Econômico (ODS 8), Vida na água (ODS 14) e Vida Terrestre (ODS 15) (SDG Knowledge Hub, 2021)

1.2 RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS NA ABORDAGEM UMA SÓ SAÚDE

A abordagem Uma Só Saúde trata da integração e equilíbrio sustentável na interseção entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental, reconhecendo sua interdependência (McEwen; Collignon, 2018b).

De acordo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o principal impacto ambiental é proveniente da falta de tratamento adequado de efluentes dos serviços de saúde, da comunidade, da produção de medicamentos e dos sistemas agroalimentares. Isso leva ao acúmulo de antimicrobianos, microorganismos resistentes, microplásticos e outros subprodutos no solo e água. Esse acúmulo acelera o processo de pressão seletiva ambiental e favorece a proliferação de patógenos resistentes (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2023).

1.2.1 A IMPLANTAÇÃO DO COMITÊ TÉCNICO INTERINSTITUCIONAL DE UMA SÓ SAÚDE

O Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde foi instituído pelo Decreto Nº 12.007, de 25 de abril de 2024, sendo composto por 20 órgãos e entidades representativos dos setores governamental, acadêmico e da sociedade civil organizada. O Comitê está organizado em sete linhas de ação, responsáveis pelo desenvolvimento e pela implementação do Plano Nacional de Uma Só Saúde, além de assessorar o Governo brasileiro no tema (Brasil, 2024).

O Comitê também atua como instrumento de governança e diálogo em RAM, agregando representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Conselhos Federais de Medicina, Farmácia e Medicina Veterinária, Fundação Oswaldo Cruz, Instituições de Ensino e Pesquisa e Sociedade Civil, representada na Linha de Ação 5.

O PAN-BR 2026-2030 está alinhado à abordagem da Uma Só Saúde. Sua composição abriga ações intersetoriais para conter o avanço da dispersão de patógenos resistentes, reduzir seu impacto nos sistemas de saúde humana, saúde animal, meio ambiente e sistemas agroalimentares.

1.3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RESISTÊNCIA AOS ANTIMICROBIANOS

As mudanças nas condições ambientais e climáticas têm potencial para acelerar o desenvolvimento e dispersão de mecanismos pelos quais microrganismos tornam-se resistentes aos antimicrobianos. As alterações de temperatura estão associadas a alterações nos padrões de sazonalidade e dispersão de patógenos, assim como estão associadas ao aumento das taxas de crescimento bacteriano e à transferência horizontal de genes entre os agentes infecciosos (Magnano San Lio et al., 2023). A poluição ambiental, os eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade podem favorecer a emergência e a disseminação de microrganismos portadores de múltiplos mecanismos de resistência. Eventos climáticos extremos, como inundações e deslizamentos de terra, podem provocar danos aos serviços de saúde, especialmente em áreas vulneráveis, acarretando a interrupção de tratamentos e o agravamento de processos infecciosos. Tais eventos também são responsáveis pelo deslocamento e pela aglomeração da população, favorecendo a disseminação de doenças e a exposição à água e a detritos contendo patógenos resistentes (Furlan et al., 2024).

Eventos climáticos extremos, como inundações e deslizamentos de terra, podem provocar danos aos serviços de saúde, especialmente em áreas vulneráveis, acarretando a interrupção de tratamentos e o agravamento de processos infecciosos. Tais eventos também são responsáveis pelo deslocamento e pela aglomeração populacional em massa, favorecendo a disseminação de doenças e a exposição à água e a detritos contendo patógenos resistentes (Furlan et al., 2024).

1.4 A IMPORTÂNCIA DO USO RACIONAL E DO DESCARTE ADEQUADO DE ANTIMICROBIANOS

Embora a RAM seja um fenômeno que pode ocorrer naturalmente por mutações genéticas, ele é significativamente intensificado e acelerado pela ação

humana (McEwen; Collignon, 2018). Nesse cenário, a promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) consolida-se como um pilar indispensável para preservar o potencial terapêutico dos tratamentos disponíveis. O uso excessivo, indiscriminado e muitas vezes inadequado de antimicrobianos — tanto na saúde humana e animal quanto em práticas agropecuárias — figura entre os principais fatores globais responsáveis por impulsionar o desenvolvimento e a disseminação veloz dos mecanismos de resistência (McEwen; Collignon, 2018a; Velazquez-Meza et al., 2022).

Contudo, a responsabilidade sobre o uso de antimicrobianos não se encerra no momento do consumo. O ciclo do medicamento exige uma atenção rigorosa ao seu descarte correto, incluindo o manejo apropriado de medicamentos vencidos, sobras e de seus respectivos recipientes. A eliminação inadequada desses resíduos, aliada à falta de tratamento adequado de efluentes provenientes de serviços de saúde, domicílios, indústrias e sistemas agroalimentares, é a principal causa do impacto ambiental da RAM. Esse descarte incorreto resulta no acúmulo de antimicrobianos e de micro-organismos resistentes no solo e nos recursos hídricos. Como consequência, cria-se uma forte pressão seletiva no meio ambiente, criando um ecossistema que favorece e acelera a proliferação de novos patógenos resistentes (United Nations Environment Programme, 2023).

Toda essa dinâmica de causa e efeito converge diretamente para o conceito de Uma Só Saúde (*One Health*). O enfrentamento da resistência antimicrobiana exige o reconhecimento de que a saúde humana, a saúde animal, a saúde vegetal e a preservação ambiental são esferas interdependentes (McEwen; Collignon, 2018). Portanto, garantir o Uso Racional de Medicamentos e mitigar a degradação ambiental por meio do descarte seguro de resíduos não são ações isoladas, mas sim frentes integradas e essenciais para conter o avanço sistêmico da dispersão de patógenos resistentes.

1.5 OBJETIVO CENTRAL E PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

Diante da gravidade da RAM, reconhecida como uma ameaça multissetorial à saúde pública, à economia e aos ecossistemas globais, a articulação de respostas coordenadas sob a ótica de Uma Só Saúde torna-se

imperativa. Nesse contexto, o PAN-BR 2026-2030 tem como objetivo central integrar e fortalecer mecanismos de governança, engajamento comunitário e prevenção de infecções para reduzir a mortalidade associada à RAM e preservar a eficácia dos antimicrobianos.

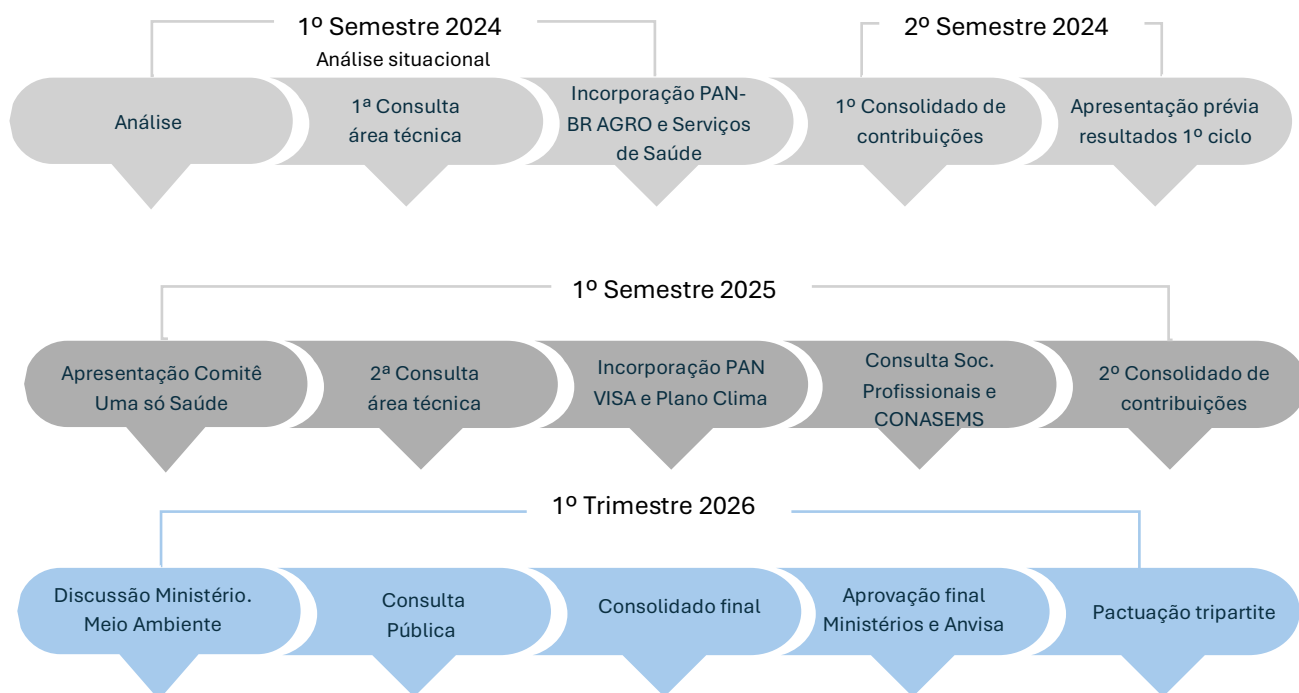
Para assegurar o alcance dessas metas e promover o acesso equitativo aos serviços de saúde, a elaboração deste documento baseou-se em um processo participativo e criterioso conduzido pelo Grupo Técnico de Resistência aos Antimicrobianos (GTRAM). Conforme será detalhado a seguir, a construção do plano envolveu uma profunda análise situacional do ciclo anterior (2018-2022), amplas consultas técnicas interministeriais e a aplicação da matriz SWOT para o diagnóstico e a priorização das intervenções. Dessa forma, o Brasil reforça o seu compromisso com a melhoria contínua, com as políticas de prevenção e com o combate estratégico da RAM, alinhando-se aos compromissos globais assumidos pelo país.

2 MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO E PRIORIZAÇÃO

A revisão e o desenvolvimento do PAN-BR 2026–2030 foram conduzidos pelo Grupo Técnico de Resistência aos Antimicrobianos (GTRAM), tendo sido realizados no período de 2024 a 2025, conforme a .

O processo foi iniciado pela análise situacional, que envolveu a busca de documentação técnica e atos normativos em sites dos ministérios e órgãos da administração pública envolvidos na implementação do PAN-BR 2018 a 2022. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram definidas a partir dos principais temas vinculados a cada atividade pactuada. Para garantir a conformidade e o alcance dos objetivos estratégicos planejados no primeiro ciclo, a seleção dos materiais seguiu critérios específicos, como a correspondência direta com os objetivos estratégicos do plano e o alinhamento às demandas dos setores envolvidos.

Figura 1- Linha do tempo de desenvolvimento PAN-BR 2026-2030



Fonte: Elaboração interna, 2026.

Foram identificados documentos técnicos (livros, manuais, notas técnicas, relatórios etc.), atos normativos, editais de pesquisa e fomento, instrumentos de planejamento orçamentário do Governo Federal relacionados ao PAN-BR 2018-2022. Foram adicionados ao conjunto de documentos os relatórios de treinamentos técnicos presenciais e virtuais realizados no período.

A análise documental foi complementada por reuniões técnicas ou consultas às áreas do Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) para coleta de informações quanto a execução das atividades previstas no PAN-BR no período.

As consultas também tiveram como objetivo assegurar o alinhamento com o plano setorial do Mapa e com o desenvolvimento do Plano de Ação de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos da Vigilância Sanitária (PAN-VISA) e do PAN-Serviços de Saúde da Anvisa (Mapa, 2023); (Anvisa, 2023).

As informações a respeito do fomento de pesquisa, desenvolvimento e inovação relacionada à RAM foram enviadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT), da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (SCTIE) e da Coordenação-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias, do Departamento de Programas Temáticos, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Para a análise das ações de saneamento básico e do acesso à água potável, foram utilizados os relatórios de avaliação anual do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), até o ano de 2021, disponibilizados no site do Ministério das Cidades (2023).

Os resultados preliminares do período 2018–2022, assim como a primeira proposta do plano, foram apresentados em reuniões e congressos científicos, como o 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, realizado em 2024.

O 1º consolidado foi apresentado ao Subgrupo 5 – Resistência aos Antimicrobianos, do Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde, para discussão dos objetivos e recebimento de contribuições. Posteriormente, foram incluídas as atividades elencadas no Plano Clima e realizadas consultas às sociedades profissionais que compõem o Comitê Brasileiro de Teste de Sensibilidade aos Antimicrobianos (BrCAST) e ao Grupo Técnico de Assistência Farmacêutica do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), resultando no 2º consolidado de contribuições. O resultado da análise situacional será publicado em documento complementar ao PAN-BR 2026-2030.

A elaboração da proposta também foi conduzida pelos documentos, resoluções e planos globais que tratam da prevenção e controle da RAM. Destacam-se a Declaração Política da 2ª Reunião de Alto Nível de Resistência aos Antimicrobianos da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em 2024, a Resolução A77/A da 77ª Assembleia Mundial da Saúde e o *One Health Joint Plan of Action* (Assembleia Geral das Nações Unidas, 2024; OMS, 2024a; Quadripartite, 2022).

Os documentos que orientaram a elaboração do PAN-BR 2026-2030 estão listados no Quadro 1.

Quadro 1- Lista de documentos orientadores da elaboração do Plano de Ação Nacional 2026-2030

	Documento	Autor	Link
1	Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Saúde Única - PAN-BR 2018-2022	MS, Mapa, Anvisa	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/antimicrobianos/plano-nacional-antimicrobianos-pan-br-14fev19-isbn.pdf/view
2	Plano de Ação Global sobre resistência antimicrobiana-2015	Organização Mundial da Saúde	https://www.who.int/publications/i/item/9789241509763
3	Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos no âmbito da Agropecuária - PAN-BR Agro - 2ª Edição	Mapa	https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pecuarios/resistencia-aos-antimicrobianos/pan-br-agro
4	Plano Nacional para Prevenção e Controle da resistência aos antimicrobianos em Serviços de Saúde - Serviços de Saúde	Anvisa	https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/prevencao-e-controle-de-infeccao-e-resistencia-microbiana/pnpciras-e-pan-servicos-de-saude/pan-servicos-de-saude-2023-2027-final-15-12-2023.pdf
5	<i>One Health Joint plan of action (2022–2026): working together for the health of humans, animals, plants and the environment</i>	Quadripartite Organizations	https://www.who.int/publications/i/item/9789240059139
6	Declaração Política da 2ª Reunião de Alto Nível em RAM	AGNU	https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/108/2024/09/FINAL-Text-AMR-to-PGA.pdf
7	People-Centred approach to addressing AMR in human health: WHO core package of interventions to support national action plans	OMS	https://www.who.int/publications/i/item/9789240082496
8	WHO implementation handbook for national action plans on antimicrobial resistance: guidance for the human health sector	OMS	https://www.who.int/teams/surveillance-prevention-control-AMR/nap-amr-implementation-handbook

9	Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS) 2021 a 2025	Anvisa	https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/pnpciras_2021_2025.pdf
10	Bracing for Superbugs: Strengthening environmental action in the One Health response to antimicrobial resistance	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP)	https://www.unep.org/resources/superbugs/environmental-action
11	WHO Pandemic Agreement	OMS	https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA78/A78_R1-en.pdf
12	Guidance on wastewater and solid waste management for manufacturing antibiotics	OMS/UNEP	https://www.who.int/publications/i/item/9789240097254
13	WHO bacterial priority pathogens list, 2024: Bacterial pathogens of public health importance to guide research, development and strategies to prevent and control antimicrobial resistance	OMS	https://www.who.int/publications/i/item/9789240093461
14	Addressing gender inequalities in national action plans on antimicrobial resistance	OMS	https://cdn.who.int/media/docs/default-source/antimicrobial-resistance/amr-spc-npm/addressing-gender-inequalities-in-naps-on-amr--executive-summary.pdf?sfvrsn=6b80f9cc_3

Fonte: Elaboração interna, 2026.

Para o processo de priorização das estratégias foi utilizada a metodologia de análise SWOT/FOFA, Quadro 1- Lista de documentos orientadores da elaboração do Plano de Ação Nacional 2026-2030, auxiliando a identificação de Fortalezas (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*) como parte do diagnóstico estratégico da implantação do primeiro ciclo do PAN-BR 2018-2022. Esse processo auxiliou a elaboração das intervenções e atividades que compõem os respectivos objetivos estratégicos.

Quadro 2 - Matriz SWOT

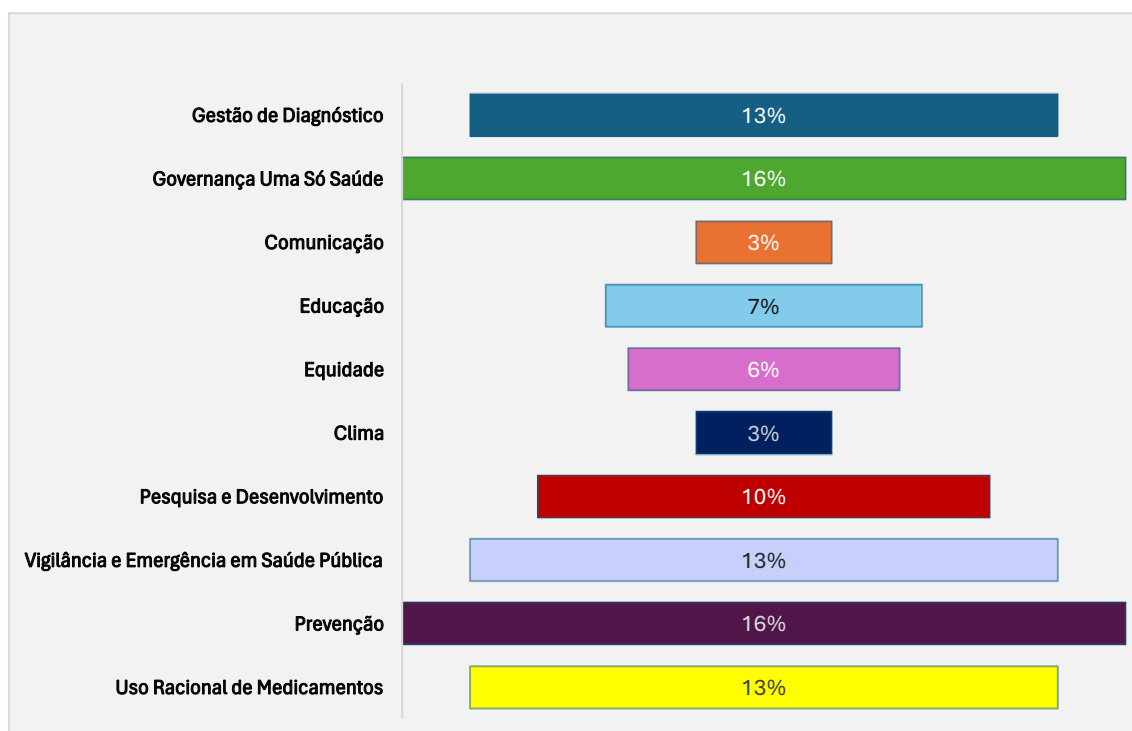
Fortalezas	Oportunidades
Resiliência Institucional	Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde
Capacidade de desenvolvimento, pesquisa e inovação em saúde humana e animal	Parcerias para implementação de estratégias de prevenção e controle da RAM
Capacidade do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	Fortalecimento da governança global de RAM
Capacidade em estabelecer parcerias nacionais e internacionais	Ampliação da capacidade de vigilância laboratorial
Capacidade do Sistema de Defesa Agropecuária	Capilaridade da Atenção Primária à Saúde
Força de trabalho nos serviços de saúde humana e animal	Capacidade de sinergia entre as estratégias institucionais de promoção da saúde
Políticas públicas de prevenção e controle de doenças	Ampliar o monitoramento do consumo de antimicrobianos na saúde humana, veterinária e meios de produção
Políticas públicas de saneamento básico	Plano Clima
Estratégias de capacitação profissional em saúde humana e animal	Acordo de Pandemias
Capacidade regulatória e de vigilância sanitária	Coalizão global para a produção local e regional, inovação e acesso equitativo
Fortalecimento da Assistência Farmacêutica	
Pactuação tripartite	
Promoção da equidade e acesso	
Fraquezas	Ameaças
Lacunas de governança	Fragilidades de financiamento
Dificuldades de priorização institucional da agenda de prevenção e controle da RAM	Mudanças institucionais
Lacunas normativas	Força de trabalho reduzida
Coordenação intersetorial	Emergência e dispersão de novos mecanismos de resistência
Dificuldades na ampliação da coleta, integração e análise de dados em RAM	Redução da capacidade terapêutica
Dificuldades em monitoramento e avaliação	Mudanças climáticas
Dificuldade no mapeamento da carga da RAM no país	Redução das coberturas vacinais
Lacunas de acesso ao diagnóstico e tratamento	Desinformação
Sistemas de informação	
Reduzido número de atividades integradas com o setor ambiental	
Monitoramento do consumo de antimicrobianos na APS	
Ausência de campanhas abrangentes de conscientização	

Fonte: Elaboração interna, 2026.

3 ESTRUTURA DO PAN-BR 2026-2030

O PAN-BR 2026-2030, em sua versão executiva, está estruturado em cinco Objetivos Estratégicos (OE), sete Objetivos Principais (OP), 14 Metas, 28 Intervenções Estratégicas (IE) e 84 Atividades que abrangem os atributos relacionados à Governança, Conscientização e Educação; Pesquisa e Vigilância; Prevenção; e Acesso oportuno ao diagnóstico e tratamento de qualidade. A proporção de atividades por eixo de ação está representada na Figura 2.

Figura 2 - Proporção de atividades por eixo de ação - PAN-BR 2026-2030



Fonte: Elaboração interna, 2026.

Os Objetivos Estratégicos de Governança e coordenação (OE1), Conscientização, Comunicação e Educação (OE2) e de Fortalecimento da Vigilância, Base Científica e Inovação (OE3) constituem o alicerce fundamental sobre o qual se sustentam as ações de Prevenção (OE4) e de Acesso ao Diagnóstico e Tratamento de Qualidade (OE5). A estruturação de mecanismos robustos de governança, aliada ao investimento contínuo em inovação,

sustentabilidade institucional, engajamento comunitário e na geração de evidências científicas, conferem solidez ao plano, assegurando que as decisões sejam baseadas em critérios técnicos bem fundamentados.

Dessa forma, o fortalecimento desses elementos estratégicos promove a sustentabilidade institucional. Isso possibilita priorizar e ampliar de maneira eficiente o acesso aos serviços de saúde e aos instrumentos de prevenção, promovendo respostas integradas e sustentáveis às demandas impostas pela RAM.

Do mesmo modo, o plano visa promover a integração entre estratégias e programas institucionais, alinhados à abordagem Uma Só Saúde. Essas ações enfrentam desafios impostos pela RAM em diferentes áreas, como a atenção materna e infantil, em que infecções comuns podem se tornar difíceis de tratar; as doenças tropicais negligenciadas, que podem perder opções terapêuticas eficazes; as infecções sexualmente transmissíveis, com aumento de casos resistentes ao tratamento convencional; as doenças crônicas, complicadas por infecções secundárias resistentes; a saúde animal e a produção de alimentos, impactando diretamente a segurança alimentar; e a proteção da biodiversidade, em razão do impacto da resistência nos ecossistemas naturais.

Para garantir a eficácia e a sustentabilidade operacional das intervenções, o PAN-BR 2026-2030 foi estruturado sob a premissa da complementaridade, atuando como um eixo integrador de políticas e planos governamentais já existentes. No âmbito agropecuário e regulatório, o plano converge com as diretrizes do PAN-BR AGRO e do PAN-VISA, apoiando sua implementação e unificando as estratégias de vigilância e boas práticas sob a ótica intersetorial de Uma Só Saúde. Na assistência à saúde, o PAN-BR atua em estreita sinergia com o Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS), visando fortalecer a adoção de medidas de prevenção e controle de infecções (PCI) de forma contínua e em todos os níveis de gestão.

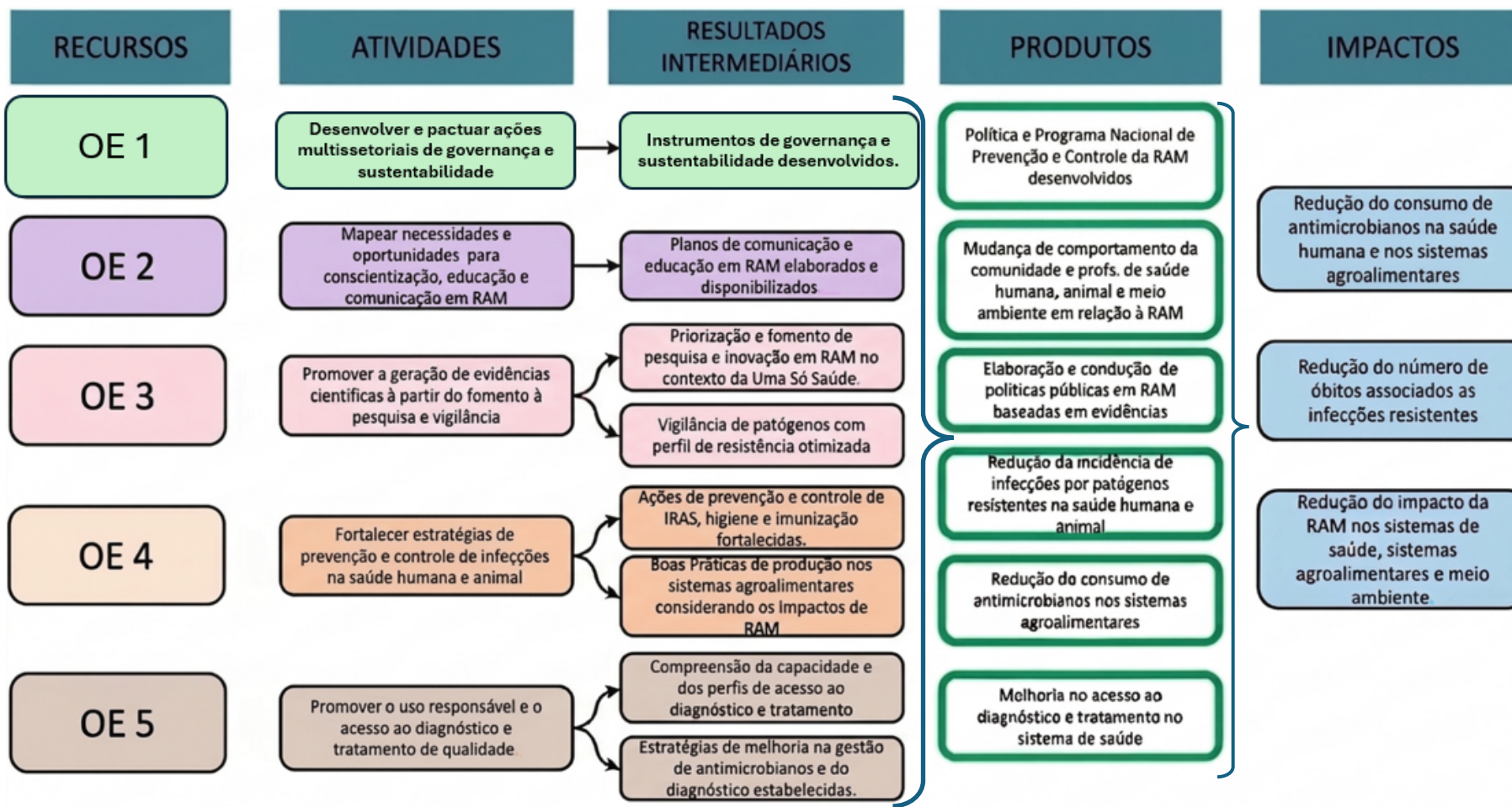
Adicionalmente, o plano estabelece ações conjuntas com o Programa Nacional de Imunizações (PNI) para alavancar as coberturas vacinais,

reconhecendo a imunização como uma das medidas preventivas mais robustas para evitar infecções primárias e, conseqüentemente, reduzir a necessidade e o consumo de antimicrobianos na população. Dessa forma, as ações transversais propostas neste documento não sobrepõem os esforços setoriais atuais, mas os complementam de forma articulada.

Embora o período de vigência do PAN-BR seja planejado para cinco anos (2026-2030), está prevista uma avaliação intermediária formal no ano de 2028. Este marco de avaliação será conduzido a partir das atividades do Subcomitê de Monitoramento e Avaliação e culminará na divulgação de um relatório público consolidado sobre o progresso da implantação do plano. O objetivo dessa revisão formal não se limita a medir o desempenho por meio dos indicadores pactuados, mas visa fundamentar possíveis atualizações das metas operacionais e o redirecionamento estratégico das intervenções e dos recursos. Dessa forma, os ajustes necessários poderão ser aplicados em tempo hábil para garantir que o plano permaneça responsivo a novos desafios e alcance a sua plena implementação até 2030.

Para acompanhar o processo de implementação, foi elaborado um Modelo Lógico, **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, apresentando a sequência de atividades, produtos intermediários e impacto esperado das ações do plano.

Figura 3 - Modelo Lógico - PAN-BR 2026-2030



Fonte: Elaboração interna, 2026

A estrutura do PAN-BR 2026-2030 reflete diretamente o diagnóstico estratégico obtido pela matriz SWOT, evidenciando que as intervenções propostas são respostas direcionadas para superar as fragilidades e potencializar as oportunidades identificadas.

Para solucionar as 'lacunas de governança' e 'coordenação intersetorial' evidenciadas no diagnóstico, o Objetivo Estratégico 1 consolida mecanismos de gestão e sustentabilidade. Em resposta à 'ausência de campanhas abrangentes de conscientização', o Objetivo Estratégico 2 centraliza esforços na educação e comunicação. Buscando mitigar as fraquezas nos 'sistemas de informação' e na 'capacidade de análise de dados', bem como aproveitar a oportunidade de 'ampliação da capacidade de vigilância laboratorial', o Objetivo Estratégico 3 fortalece a inovação e a base científica. Por fim, apoiando-se nas fortalezas das 'políticas públicas de prevenção' e 'saneamento básico', e visando corrigir as 'lacunas de acesso ao diagnóstico e tratamento', os Objetivos Estratégicos 4 e 5 estabelecem metas claras para a redução de infecções e a garantia de acesso equitativo em todos os níveis de atenção.

O plano estratégico apresentado no Apêndice 1 apresenta a matriz de ações direcionadas à prevenção e ao controle da RAM, elaborada com fundamento nas diretrizes estabelecidas pelo PAN-BR 2018-2022. Estruturada rigorosamente sob a premissa da abordagem integrativa Uma Só Saúde, esta planilha detalha os objetivos estratégicos, as metas, as intervenções e alguns indicadores essenciais para a mitigação e o monitoramento deste desafio de saúde pública global.

A formulação deste planejamento resultou de um processo amplamente colaborativo, intersetorial e descentralizado. O esforço conjunto contou com a coordenação e a participação ativa de diversos Ministérios, comitês técnicos, setor acadêmico e de pesquisa e conselhos gestores e de controle social.

Este amplo arranjo interinstitucional assegura a transversalidade, a transparência e a robustez necessárias para a efetiva implementação e monitoramento das ações de governança, educação, vigilância e assistência nas esferas da saúde humana, animal e ambiental.

4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.1 OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 - FORTALECER A GOVERNANÇA E COORDENAÇÃO EM RAM

O OE1 é composto por três Objetivos Principais e seis metas que articulam ações transversais de governança multissetorial, sustentabilidade, comunicação, educação e conscientização em RAM. O OE1 descreve as intervenções transversais que tratam do desenho da política de implementação e sustentabilidade do PAN-BR 2026-2030, responsáveis pela visão estratégica a longo prazo, mecanismos de coordenação multissetorial e equidade (Anderson et al., 2019).

O estabelecimento de estruturas de governança robustas e sustentáveis é uma intervenção prioritária que visa promover a harmonização das ações, a transparência, a sustentabilidade e a eficácia das estratégias definidas para a implementação do PAN-BR 2026-2030 e, conseqüentemente, o alcance das metas pactuadas. É a instância de decisão, priorização de atividades, responsabilização e transparência que institucionaliza o diálogo entre os diferentes setores e níveis de gestão.

Neste sentido, a proposta de criação de um Programa Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos, no âmbito da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, busca o espaço institucional necessário para a condução das ações sobre o tema, conforme sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 - Objetivo Estratégico 1

Objetivo Estratégico 1 - Fortalecer a governança e coordenação em RAM		
Objetivo Principal	Metas	Resultado Esperado
O.P 1 - Aprimorar os mecanismos de governança e monitoramento em RAM, nas três esferas de gestão em saúde.	1.1 - Estabelecer a Política Nacional e o Programa Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos	Programa Nacional de Prevenção e Controle de RAM e estruturas de integração em Uma Só Saúde em RAM, governança, transparência, monitoramento, avaliação e sustentabilidade estabelecidas.
	1.2 - Promover a sustentabilidade, monitoramento e transparência das ações de prevenção e controle da RAM em "Uma Só Saúde"	

Fonte: Elaboração interna, 2026.

A estrutura de governança multissetorial é a responsável por proporcionar a interlocução entre as áreas de gestão internas e externas às Instituições envolvidas e, a partir do monitoramento e avaliação, garante que o Plano possa evoluir e se adaptar às necessidades da prevenção e controle da RAM.

O estabelecimento de ferramentas de monitoramento e avaliação é essencial para garantir a efetividade das ações por meio de indicadores de desempenho e relatórios periódicos. Por meio desses mecanismos, torna-se possível acompanhar cada etapa da implementação, assegurando maior transparência em todo o processo. Além disso, as informações coletadas auxiliam na realização de ajustes e promovem a melhoria contínua das estratégias adotadas (OMS, 2022).

4.2 OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 - FORTALECER A CONSCIENTIZAÇÃO, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO EM RAM

Propõe-se a elaboração do Plano de Comunicação em RAM, fundamentado em estratégias práticas e multicanais para ampliar o alcance e a efetividade das ações e estruturar o diálogo com a sociedade. Entre os meios previstos estão campanhas em redes sociais, programas informativos em mídias digitais, além da distribuição de materiais educativos sobre RAM em locais e datas estratégicas para a saúde humana, animal e meio ambiente. Esses formatos deverão ser adaptados conforme as características e necessidades dos públicos-alvo, garantindo que a mensagem aborde os aspectos de equidade de gênero e vulnerabilidade social (OMS, 2024b; Ruckert et al., 2025).

As ações de educação planejadas incluem o mapeamento das necessidades de educação continuada em RAM, considerando a abordagem de Uma Só Saúde. Essas ações visam intervenções efetivas de acordo com o perfil profissional e serão agrupadas no Plano de Capacitação em RAM. Além disso, é proposto promover a discussão sobre ajustes na grade curricular dos cursos técnicos e de graduação das áreas de saúde humana, animal e ciências biológicas, de modo a aprimorar a formação profissional para lidar com infecções causadas por patógenos resistentes.

Para isso, é fundamental aproveitar os espaços e estratégias de educação estabelecidos, como os ambientes virtuais de aprendizagem da UNA-SUS, Avasus e o Campus Virtual de Saúde Pública. Assim como, incluir a prevenção e controle da RAM em programas de formação profissional como as Residências Multiprofissionais em Saúde e na qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias, a partir do Programa Mais Saúde com Agente (BRASIL, 2005, 2023).

Tais ambientes permitem atualmente que milhares de profissionais tenham acesso a cursos de atualização, contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento em saúde e fortalecendo a capacidade técnica das equipes em todo o país.

O Programa Saúde na Escola - PSE (2007), política intersetorial da Saúde e da Educação, é uma estratégia fundamental para ampliar a conscientização sobre a RAM na interface entre escola e Atenção Primária à Saúde. O PSE trata, entre outros tópicos, de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e educação permanente para crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação pública. Essa inclusão pode se dar por meio de palestras educativas sobre o uso racional de antimicrobianos, capacitação de profissionais da educação para identificar e abordar questões relacionadas à RAM, além de campanhas informativas direcionadas a estudantes e familiares.

As estratégias de Educação e Comunicação buscam combater a desinformação, promover a mudança de comportamento e a equidade, utilizando, principalmente, o potencial dos profissionais de saúde e das lideranças comunitárias como formadores de opinião e multiplicadores de boas práticas sobre o tema em diferentes estratos da sociedade.

O engajamento da comunidade e o controle social deverão ser fortalecidos por meio de fóruns públicos e espaços de diálogo que incentivem a participação ativa na construção de soluções locais, bem como o acompanhamento e os ajustes das estratégias de implementação. Dessa forma, cada dimensão — engajamento, conscientização e controle social — contribui

de maneira articulada para prevenir a RAM e promover a sustentabilidade das ações do plano.

Foi incluída a proposta de fomento a estudos e intervenções que apoiem a compreensão do impacto das infecções resistentes nas populações vulnerabilizadas — considerando aspectos relacionados a gênero e raça —, bem como no sistema de saúde e agroalimentar. Essa estratégia é primordial para a priorização de ações multissetoriais, a partir das necessidades da população, visando à promoção da equidade e ao acesso ao diagnóstico e ao tratamento de qualidade.

Do mesmo modo, propõe-se a realização de estudos que busquem preencher as lacunas de conhecimento sobre a relação entre a aceleração e dispersão geográfica dos mecanismos de resistência e os impactos no ecossistema provenientes das mudanças climáticas (United Nations Environment Programme, 2023).

Para que as ações de prevenção e controle da RAM sejam sustentáveis e abrangentes, é fundamental reconhecer a natureza multifatorial desse problema e promover sua integração efetiva a outras estratégias de saúde pública uma vez que a RAM resulta de fatores que vão desde práticas clínicas até determinantes sociais e ambientais, exigindo respostas coordenadas e políticas públicas interligadas (Littmann; Viens; Silva, 2020).

Na prática, essa integração pode ser observada, por exemplo, na articulação entre programas de saúde materno-infantil e ações de prevenção da RAM, em que protocolos compartilhados podem incluir a adoção de diretrizes conjuntas para o uso racional de antimicrobianos durante o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais, a capacitação de equipes multiprofissionais sobre infecções por patógenos resistentes em gestantes, puérperas e recém-nascidos, além do monitoramento integrado de casos de infecção e de resistência bacteriana nessas populações.

A sinergia entre políticas públicas e ações de controle da RAM inclui a integração com programas de acompanhamento de doenças de condições crônicas, cardiovasculares, oncologia, transplantes e demais áreas de atenção

especializada (OMS, 2024a). Especialmente quando adaptadas às necessidades locais, esta articulação viabiliza respostas mais eficientes e sustentáveis para o enfrentamento da RAM (Rickard et al., 2023), conforme sistematizado no Quadro 4.

Quadro 4 - Objetivo Estratégico 2

Objetivo Estratégico 2 – Fortalecer a conscientização e educação em RAM		
Objetivo Principal	Metas	Resultados Esperados
O.P 2 – Promover a mudança de comportamento da comunidade e profissionais de saúde relacionado à RAM.	2.1 - Estabelecer estratégias de comunicação em RAM voltada à comunidade e aos profissionais de saúde, incluindo aqueles que atuam na atenção primária e especializada à saúde.	Estratégias de comunicação em RAM para a população em geral e profissionais de saúde humana, animal e meio-ambiente estabelecidas institucionalmente.
	2.2 - Estabelecer estratégias para ampliar a compreensão sobre RAM na educação básica, técnica e superior	
O. P 3 - Promover e estimular ações coordenadas entre estratégias e programas de saúde a fim de otimizar ações de prevenção, controle e comunicação de RAM.	3.1 - Integrar ações de RAM com as prioridades e estratégias de promoção da saúde	Ações de prevenção e controle da RAM integradas às demais prioridades de promoção da saúde, prevenção de doenças, boas práticas de produção e meio ambiente.

Fonte: Elaboração interna, 2026.

4.2 OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 - FORTALECER O CONHECIMENTO E A BASE CIENTÍFICA POR MEIO DA VIGILÂNCIA, PESQUISA E INOVAÇÃO

O OE 3, composto por um Objetivo Principal e quatro metas, trata da consolidação e expansão das ações de vigilância, pesquisa e integração de base de dados no contexto da Uma Só Saúde como orientadoras da priorização de ações e tomada de decisão.

Engloba a continuidade no fomento à pesquisa e inovação em RAM e o avanço na estruturação das redes de vigilância de patógenos resistentes na saúde humana, animal, vegetal e ambiental. O OE3, ao mesmo tempo em que respeita as particularidades e a autonomia das áreas envolvidas, promove a integração das ações no contexto da abordagem Uma Só Saúde.

Concentra as estratégias para ampliar a capacidade de detecção precoce da emergência e dispersão de mecanismos de resistência e seu alinhamento com as estratégias nacionais de resposta aos eventos de interesse da saúde pública.

O fortalecimento da capacidade de análise microbiológica dos laboratórios públicos na saúde humana e animal e o estabelecimento de uma rede sentinela para RAM é estratégia transversal para a geração oportuna e representativa de informações sobre a dinâmica das infecções resistentes no país.

O OE3, apresentado no Quadro 5, busca preencher as lacunas de conhecimento sobre a carga das infecções resistentes na população brasileira, por meio da incorporação de soluções tecnológicas inovadoras para o controle, prevenção, tratamento e vigilância, assim como fomentar a cooperação técnica nos blocos políticos regionais nos quais o país é membro.

Quadro 5 - Objetivo Estratégico 3

Objetivo Estratégico 3 - Fortalecer o Conhecimento, Inovação e Base Científica		
Objetivo Principal	Metas	Resultados Esperados
O.P. 4 - Fortalecer a tomada de decisão baseada em evidência por meio da Vigilância e Pesquisa em RAM	3.1 - Estimular o desenvolvimento de estudos, projetos e cooperações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em RAM no contexto nacional, e internacional.	Estruturação de um sistema de vigilância integrada de patógenos bacterianos, fúngicos e parasitários resistentes e ampliação da capacidade nacional de produção e qualificação de dados provenientes dos serviços de saúde, da produção animal, do meio ambiente e da cadeia de produção alimentar;
	3.2 - Compreender o impacto da RAM nos diferentes grupos populacionais brasileiros e no meio ambiente.	
	3.3 - Qualificar a geração de dados em RAM e Infecções Relacionadas à Assistência em Saúde (IRAS) nos serviços de saúde de modo a subsidiar a tomada de decisão e formulação de políticas públicas em RAM.	Ampliação da capacidade de detecção precoce e de resposta ao surgimento e à disseminação de mecanismos de resistência, alinhado ao Regulamento Sanitário Internacional e Acordo de Pandemias(OMS, 2005);
	3.4 - Promover a integração das ações de controle e prevenção de RAM e as estratégias de preparação e resposta a emergências em saúde pública.	Priorização e fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação para subsidiar o aprimoramento de políticas públicas de prevenção e controle da RAM no âmbito da abordagem Uma Só Saúde no Brasil;
		Desenvolvimento de políticas públicas, baseadas em evidências, que promovam a equidade e atendam às necessidades das populações vulnerabilizadas.

--	--	--

Fonte: Elaboração interna, 2026.

4.3 OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 - REDUZIR A INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES COM MEDIDAS EFICAZES DE SANEAMENTO, HIGIENE E PREVENÇÃO DE INFECÇÕES

O OE4 é composto por dois Objetivos Principais e três metas, tem como linha estratégica a sinergia com os instrumentos de prevenção de doenças e melhorias sanitárias e de condições de vida da população brasileira para reduzir o número de infecções e a disseminação de mecanismos de resistência.

Estima-se que o fortalecimento dos instrumentos de prevenção e controle de doenças podem evitar até 350 mil óbitos anuais causados por infecções resistentes (Laxminarayan et al., 2024). A implementação de medidas de higiene e saneamento adequadas, especialmente em populações vulneráveis, o fortalecimento das ações de prevenção e controle de infecções na saúde humana e animal e o manejo adequado dos resíduos antimicrobianos são primordiais e eficazes na proteção da saúde da população.

Estratégias adotadas pelo Governo Federal – como o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, o Programa Brasil Saudável com o objetivo de eliminar doenças determinadas socialmente – alinhadas às diretrizes e metas da agenda 2030 – ODS, são fundamentais para conter o avanço da RAM, principalmente nas populações vulnerabilizadas.

O fortalecimento do Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde 2026-2030 (PNPCIRAS 2026-2030) em todos os níveis de gestão (nacional, estadual, distrital, municipal e dos serviços de saúde), aliado à implementação de seus planos de ação de prevenção e controle de infecções (PCI), constitui uma abordagem custo-efetiva para o combate à RAM (Anvisa, 2026).

Nesse contexto, a ampliação das coberturas vacinais, especialmente entre crianças na primeira infância, tem contribuído para a redução de óbitos por infecções resistentes nessa faixa etária ao longo dos anos (Naghavi et al., 2024b).

No Brasil, em 2023, registrou-se uma redução em 60% na taxa de mortalidade infantil e fetal por causas evitáveis. Apesar desse avanço, as infecções continuam entre as cinco principais causas de óbito neonatal no país (Brasil, 2024), o que demonstra a necessidade de implementação de estratégias combinadas que sustentem a ampliação e a manutenção das ações de imunização, bem como o enfrentamento da resistência antimicrobiana.

A estratégia nacional de imunização, em conjunto com os esforços pela melhoria das condições sanitárias e de higiene da população, são os principais, e mais robustos, meios de prevenção de infecções. Consequentemente, são as medidas mais eficazes para a redução do uso de antimicrobianos na saúde humana, uma vez que reduzem a transmissão de patógenos (OMS, 2024). O detalhamento dos objetivos principais, metas e resultados esperados voltados para a redução contínua de infecções, ampliação do saneamento básico e fortalecimento da imunização está sistematizado no Quadro 6.

Quadro 6 - Objetivo Estratégico 4

Objetivo Estratégico 4 - Reduzir a incidência de infecções com medidas eficazes de saneamento, higiene e prevenção de infecções		
Objetivo Principal	Metas	Resultados Esperados
O.P 5 - Estabelecer mecanismos para o processo de melhoria contínua da prevenção e controle de infecções no país	5.1 - Fortalecer a implantação de medidas de prevenção e controle de infecções no âmbito de Uma Só Saúde.	Redução do número de infecções e óbitos causados por micro-organismos suscetíveis e resistentes, no âmbito da abordagem de Uma Só Saúde.
O.P 6 - Ampliar o acesso à imunização, saneamento básico, higiene e água potável para prevenção e controle de infecções	6.1 - Fortalecer estratégias para melhoria das ações de saneamento e higiene.	Redução do número de infecções por meio da eliminação de doenças preveníveis, promovendo o acesso ao saneamento, água potável, higiene, alimentos seguros e imunização.
	6.2 - Estruturar ações em conjunto com o Programa Nacional de Imunização para a redução da RAM.	

Fonte: Elaboração interna, 2026.

4.4 OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 - AMPLIAÇÃO DO ACESSO OPORTUNO E DE QUALIDADE AO DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

O OE5 é composto por dois Objetivos Principais e quatro metas que tratam da ampliação do acesso ao diagnóstico e ao tratamento de qualidade pela população, sendo essencial para a identificação precoce de infecções e o uso adequado de antimicrobianos. O OE5 reforça as ações voltadas ao

aprimoramento da gestão e uso responsável de antimicrobianos, compreensão e monitoramento do consumo destes medicamentos nos serviços de saúde humana e animal. A mesma lógica é aplicada para a compreensão e monitoramento do acesso ao diagnóstico oportuno de infecções na população.

O OE5 apoia o fornecimento de insumos para o diagnóstico microbiológico e detecção de mecanismos de resistência nos laboratórios de saúde pública como estratégia para ampliar o acesso e oportunidade do diagnóstico laboratorial. Também trata do fomento pelo Complexo Econômico-Industrial da Saúde para a produção nacional de insumos diagnósticos a fim de ampliar a autonomia no setor.

Além disso, o OE5 trata de aumentar a adesão a tratamentos baseados em evidências por meio da implementação de protocolos clínicos com orientações específicas sobre RAM, padronizando e aprimorando o tratamento de infecções. O detalhamento dos objetivos principais, metas e resultados esperados para a consolidação do uso racional de medicamentos e ampliação do acesso oportuno ao diagnóstico de qualidade está sistematizado no Quadro 7.

Quadro 7 - Objetivo Estratégico 5

Objetivo Estratégico 5 - Ampliação do acesso oportuno e de qualidade ao diagnóstico, tratamento e aos serviços de saúde		
Objetivo Principal	Metas	Resultados Esperados
O.P. 7 - Fortalecimento da Política Nacional de Medicamentos e Estratégias para promoção do Uso Racional de Medicamentos	7.1 - Fortalecer ações e programas voltados à qualidade, otimização do gerenciamento e consumo de antimicrobianos nos serviços de saúde	Compreender e monitorar o perfil de consumo de antimicrobianos no país e promover equidade no acesso e uso responsável dos antimicrobianos; Reduzir em 10% o consumo de antimicrobianos na saúde humana até 2030; Ampliar para 70% o uso de antibióticos da classe Acesso na saúde humana; Ampliar o acesso ao tratamento oportuno e de qualidade na saúde humana.
	7.2 - Incluir orientações sobre RAM nos protocolos e guias terapêuticos das doenças infecciosas e da Atenção Básica e Especializada, garantindo sua ampla divulgação.	
O.P. 8 - Acesso ao diagnóstico oportuno e de qualidade	8.1 - Fomentar a análise estratégica e o acesso ao diagnóstico microbiológico no SUS.	Compreender o perfil e ampliar o acesso da população brasileira ao diagnóstico microbiológico oportuno e de qualidade; Ampliar a produção pública e incorporação de insumos para diagnóstico e detecção de mecanismos de resistência nos laboratórios de saúde públicas;
	8.2 - Estimular a incorporação de insumos estratégicos para vigilância epidemiológica de patógenos resistentes.	

		Promover a integração com o setor privado de diagnóstico.
--	--	---

Fonte: Elaboração interna, 2026.

5 GUIA DE APLICAÇÃO PRÁTICA DO PAN-BR 2026-2030

Para assegurar que as metas, intervenções e recomendações estabelecidas neste plano se traduzam em resultados efetivos nos serviços de saúde, na agropecuária e na preservação ambiental, é fundamental que a implementação ocorra de forma integrada. A seguir, destacam-se as orientações práticas para a aplicação do conteúdo pelos diferentes profissionais sob a ótica de Uma Só Saúde.

- Profissionais da Assistência à Saúde Humana e Medicina Veterinária: A aplicação prática concentra-se na adoção rotineira dos Objetivos Estratégicos 4 e 5. Na prática clínica diária, isso significa aderir rigorosamente aos Programas de Prevenção e Controle de Infecções (PCI) e implementar os Programas de Gerenciamento de Antimicrobianos (*Stewardship*) nos serviços de saúde. Os profissionais devem priorizar o diagnóstico microbiológico oportuno (*diagnostic stewardship*) e seguir os guias terapêuticos atualizados, com o objetivo prático de prescrever antimicrobianos de forma racional, colaborando diretamente para a meta de atingir 70% de uso de antibióticos da classe "Acesso".
- Gestores de Saúde e Formuladores de Políticas Públicas: A atuação deve ser balizada pelo Objetivo Estratégico 1, estruturando e financiando os mecanismos de governança local, como a criação de Comitês Estaduais e Municipais para o Uso Racional de Medicamentos. Em paralelo, fundamentados no Objetivo Estratégico 3, devem garantir o fomento e a integração das redes de laboratórios (clínicos, genômicos e ambientais) para que os dados de vigilância subsidiem a tomada de decisão baseada em evidências locais.
- Profissionais das Áreas Ambiental e de Saneamento: O foco de atuação encontra-se no Objetivo Estratégico 4. Na prática, envolve a intensificação das metas do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e a garantia do manejo e descarte adequados de resíduos de antimicrobianos

gerados por serviços de saúde, indústrias e sistemas agroalimentares, mitigando a pressão seletiva ambiental.

- Educadores, Lideranças Comunitárias e Agentes de Saúde: Com base no Objetivo Estratégico 2, o papel prático desses profissionais é atuar como multiplicadores no combate à desinformação. Devem integrar o tema da RAM aos espaços de diálogo já existentes, como o Programa Saúde na Escola (PSE) e os programas de Atenção Primária, capacitando a comunidade sobre práticas de higiene, vacinação e os riscos da automedicação.

Ao adaptar essas diretrizes às realidades locais e consolidar uma aliança ativa entre o corpo profissional brasileiro e a sociedade civil, assegura-se não apenas a aplicabilidade do PAN-BR 2026-2030, mas também a efetividade e a sustentabilidade de longo prazo da resposta nacional à RAM.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do PAN-BR 2026-2030 consolida o firme compromisso do Estado brasileiro com o enfrentamento estratégico da RAM sob a perspectiva unificadora de Uma Só Saúde, que integra os setores humano, animal, vegetal e ambiental.

Em total coerência com as agendas globais, o plano reflete a adesão do Brasil a compromissos internacionais cruciais, destacando-se a Declaração Política da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de 2024, a Declaração conjunta do BRICS e as resoluções da presidência brasileira no G20. Tais acordos internacionais traçam a meta ambiciosa de reduzir em, no mínimo, 10% os óbitos globais associados a infecções bacterianas resistentes até 2030. No cenário nacional, essa coerência é garantida pela sinergia entre o PAN-BR e políticas de base do Governo Federal, como o Programa Nacional de Imunização (PNI) e o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), que buscam eliminar doenças determinadas socialmente e proteger as populações mais vulnerabilizadas.

Para garantir que as metas propostas alcancem os resultados pretendidos no período de 2026–2030, os eixos estruturantes deste documento convergem de maneira interdependente:

- Governança e Conscientização: A consolidação do Programa Nacional de Prevenção e Controle da RAM estrutura a gestão multissetorial, a sustentabilidade financeira e a educação, garantindo o engajamento comunitário e a articulação interministerial como alicerces de longo prazo.
- Vigilância e Pesquisa: O fortalecimento da base científica e da Rede Nacional de Vigilância (incluindo a vigilância genômica e laboratorial ampliada) assegura a produção de dados precisos para uma tomada de decisão rápida e baseada em evidências, possibilitando a detecção precoce de novos mecanismos de resistência.
- Prevenção: As ações estratégicas focadas no avanço do saneamento básico, da higiene, da biossegurança agropecuária e na ampliação das coberturas vacinais atuam como a via mais robusta e custo-efetiva para reduzir drasticamente a incidência de infecções e, conseqüentemente, a necessidade de uso de antimicrobianos.
- Acesso e Otimização: O aprimoramento contínuo da gestão diagnóstica e terapêutica garante que a população tenha diagnóstico microbiológico oportuno e receba o tratamento correto, fortalecendo programas de uso racional de medicamentos (*Stewardship*).

O impacto esperado a partir da implementação destes objetivos estratégicos é duplo e transformador. Em termos quantitativos, projeta-se alcançar metas operacionais diretas, como a redução em 10% do consumo de antimicrobianos na saúde humana e a ampliação para 70% do uso de antibióticos de primeira escolha, mais seguros e com menor risco de gerar resistência (classe Acesso) até 2030. Em termos qualitativos, almeja-se preservar o potencial terapêutico dos tratamentos disponíveis, mitigar o impacto econômico no Sistema Único de Saúde (SUS) e nos sistemas agroalimentares, e reduzir substancialmente a morbimortalidade associada às infecções resistentes.

Em suma, o PAN-BR 2026-2030 estabelece um marco de evolução contínua, por meio do qual o Brasil reforça a sua resiliência institucional e reafirma seu papel na garantia de um futuro mais seguro, equitativo e sustentável para a saúde global.

7 REFERÊNCIAS

ANDERSON, Michael *et al.* **A governance framework for development and assessment of national action plans on antimicrobial resistance.** *The Lancet Infectious Diseases*, [s. l.], v. 19, n. 11, p. e371-e384, nov. 2019.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **UN General Assembly High-Level Meeting on antimicrobial resistance 2024.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2024/09/26/default-calendar/un-general-assembly-high-level-meeting-on-antimicrobial-resistance-2024>. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **PAN-Serviços de Saúde.** Brasília, DF: Anvisa, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/prevencao-e-controle-de-infeccao-e-resistencia-microbiana/pnpciras-e-pan-servicos-de-saude/pnpciras-e-pan-servicos-de-saude>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Plano de Ação da 2ª Etapa do PAN-BR AGRO 2023-2027.** Brasília, DF: MAPA, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 2.304, de 12 de dezembro de 2023.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-2.304-de-12-de-dezembro-de-2023-531394339>. Acesso em: 8 set. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Avaliação Anual PLANSAB.** Brasília, DF: Ministério das Cidades, [2021]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/plano-nacional-de-saneamento-basico-plansab/monitoramento-e-avaliacao-do-plansab>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 2.117, de 3 de novembro de 2005.** Brasília, DF, 2005.

BRICS. **Joint Statement of the BRICS Ministers of Foreign Affairs/International Relations, Nizhny Novgorod, Russian Federation, 10 June 2024.** [S. l.]: Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2024. Disponível em: https://mid.ru/en/foreign_policy/news/1955719/. Acesso em: 6 jan. 2025.

FURLAN, João Pedro Rueda *et al.* **Catastrophic floods and antimicrobial resistance: Interconnected threats with wide-ranging impacts.** *One Health*, [s. l.], v. 19, p. 100891, dez. 2024.

G20. **G20 Health Ministerial Declaration on Climate Change, Health and Equity, and on One Health.** [S. l.], 2024. Disponível em:

<https://www.g20.utoronto.ca/2024/241031-health-declaration-climate-equity.html>. Acesso em: 6 jan. 2025.

GLOBAL LEADERS GROUP ON ANTIMICROBIAL RESISTANCE. **GLG report: Towards specific commitments and action in the response to antimicrobial resistance.** [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.amrleaders.org/resources/m/item/glg-report>. Acesso em: 6 set. 2024.

LAXMINARAYAN, Ramanan *et al.* **Expanding antibiotic, vaccine, and diagnostics development and access to tackle antimicrobial resistance.** *The Lancet*, [s. l.], v. 403, n. 10443, p. 2534-2550, jun. 2024.

LITTMANN, J.; VIENS, A. M.; SILVA, D. S. **The Super-Wicked Problem of Antimicrobial Resistance.** *In: Ethics and Drug Resistance: Collective Responsibility for Global Public Health.* [S. l.]: Springer, 2020. v. 5, p. 421-443. (Public Health Ethics Analysis).

MAGNANO SAN LIO, Roberta *et al.* **How Antimicrobial Resistance Is Linked to Climate Change: An Overview of Two Intertwined Global Challenges.** *International Journal of Environmental Research and Public Health*, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 1681, jan. 2023.

MCEWEN, Scott A.; COLLIGNON, Peter J. **Antimicrobial Resistance: a One Health Perspective.** *Microbiology Spectrum*, [s. l.], v. 6, n. 2, mar. 2018.

MURRAY, Christopher J. L. *et al.* **Global burden of bacterial antimicrobial resistance in 2019: a systematic analysis.** *The Lancet*, [s. l.], v. 399, n. 10325, p. 629-655, fev. 2022.

NAGHAVI, Mohsen *et al.* **Global burden of bacterial antimicrobial resistance 1990-2021: a systematic analysis with forecasts to 2050.** *The Lancet*, [s. l.], v. 404, n. 10459, p. 1199-1226, set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Addressing gender inequalities in national action plans on antimicrobial resistance: guidance to complement the people-centred approach.** Web Annex A. Detailed methods. [S. l.]: World Health Organization, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global action plan on antimicrobial resistance.** Genebra: WHO, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **International Health Regulations (2005).** Genebra: OMS, 2005. Disponível em: https://apps.who.int/gb/bd/pdf_files/IHR_2014-2022-2024-en.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Resolution A78/10**. Genebra: OMS, [2025]. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/20-05-2025-world-health-assembly-adopts-historic-pandemic-agreement-to-make-the-world-more-equitable-and-safer-from-future-pandemics>. Acesso em: 25 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Resolution WHA 77.6 Antimicrobial resistance: accelerating national and global responses**. Genebra: World Health Organization, 2024. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_R6-en.pdf. Acesso em: data de acesso.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO Implementation Handbook for National Action Plans on Antimicrobial Resistance: Guidance for the Human Health Sector**. 1. ed. Genebra: World Health Organization, 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Bracing for Superbugs: Strengthening environmental action in the One Health response to antimicrobial resistance**. [S. l.]: UNEP, [2022]. Disponível em: <http://www.unep.org/resources/superbugs/environmental-action>. Acesso em: 13 jun. 2024.

QUADRIPARTITE. **One health joint plan of action (2022-2026): working together for the health of humans, animals, plants and the environment**. [S. l.]: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240059139>. Acesso em: 30 ago. 2025.

RICKARD, Helen *et al.* **Antimicrobial resistance as a super wicked problem: how do we engage the public to be part of the solution**. *Infection Prevention in Practice*, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 100314, dez. 2023.

RUCKERT, Arne *et al.* **The role of gender in antimicrobial resistance: Findings from a scoping review**. *Global Public Health*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 2542400, dez. 2025.

SDG KNOWLEDGE HUB. **Antimicrobial Resistance Threatens Development, SDGs: Tripartite Report**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://sdg.iisd.org/news/antimicrobial-resistance-threatens-development-sdgs-tripartite-report/>. Acesso em: 10 set. 2024.

VELAZQUEZ-MEZA, Maria Elena *et al.* **Antimicrobial resistance: One Health approach**. *Veterinary World*, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 743-749, mar. 2022.

WORLD BANK. **Drug-Resistant Infections: A Threat to Our Economic Future**. Washington, DC: World Bank, [2017]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/26707>. Acesso em: outubro de 2024

APÊNDICE 1 – PLANO ESTRATÉGICO EXECUTIVO

O plano estratégico apresentado abaixo apresenta a matriz de ações direcionadas à prevenção e ao controle da RAM, elaborada com fundamento nas diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (PAN-BR 2018-2022). Estruturada rigorosamente sob a premissa da abordagem integrativa "Uma Só Saúde", esta planilha detalha os objetivos estratégicos, as metas, as intervenções e os indicadores essenciais para a mitigação e o monitoramento deste desafio de saúde pública global.

A formulação deste planejamento resultou de um processo amplamente colaborativo, intersetorial e descentralizado. O esforço conjunto contou com a coordenação e a participação ativa de diversos Ministérios, comitês técnicos, setor acadêmico e de pesquisa e conselhos gestores e de controle social.

Este amplo arranjo interinstitucional assegura a transversalidade, a transparência e a robustez necessárias para a efetiva implementação e monitoramento das ações de governança, educação, vigilância e assistência nas esferas da saúde humana, animal e ambiental.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1 (OE1)
Fortalecer a governança e coordenação em RAM

Objetivo Principal 1 - Aprimorar os mecanismos de governança e monitoramento em RAM, nas três esferas de gestão em saúde

Meta 1.1 - Estabelecer o Programa Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
1.1.1 Publicar ato normativo para instituir o Grupo de Trabalho para elaboração da Proposta de Política Nacional de Prevenção e Controle da RAM e do Programa Nacional de Prevenção e Controle da RAM.		SE, SVSA/MS	Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde	A1 - Publicação de Portaria contendo competências do Grupo Técnico, composição e ações.	I1. Grupo técnico de RAM e subcomitês instituídos. I2. Plano de Trabalho elaborado e pactuado.	Sim
1.1.2 Estimular a incorporação do tema RAM nas ações e discussões do Conselho Nacional da Saúde, da Frente Parlamentar Mista da Saúde, Comissão de Seguridade Social, Frente Parlamentar Mista em Defesa da Assistência Farmacêutica e na gestão tripartite	PAN-BR AGRO 2; PAN-VISA	MS, Mapa, MMA, Anvisa	Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde	A2 - Elaborar agenda estratégica de RAM para apresentação e discussão na CIT, CNS, CONASS, CONASEMS e Comissões de Saúde, Poder Judiciário e Legislativo.	I3. RAM pautada em pelo menos 01 reunião anual da CIT. I4. 01 Audiência pública sobre RAM na Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados. I5. 01 Apresentação do PANBR e análise situacional de RAM na Reunião Plenária do CNS.	Não

				A3 - Incluir a agenda de RAM na elaboração e planejamento do PNS, PPA, PQAVS.	16. Pelo menos 01 indicador de RAM incluído no PNS, PPA e PQAVS.	Não
1.1.3 Instituir a Política Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos e estabelecer e coordenar o Programa Nacional de Prevenção e Controle de Resistência aos Antimicrobianos	NA	SVSA/MS, SE, CNS	SVSA, CONASS, CONASEMS, CNS, Anvisa	A4 - Elaborar e aprovar a Política Nacional de Prevenção e Controle da RAM Resistência aos Antimicrobianos no contexto da Uma Só Saúde.	17. Política Nacional de Prevenção e Controle da RAM aprovada.	Sim
				A5 - Instituir o Programa Nacional de Prevenção e Controle da RAM a fim de operacionalizar a Política Nacional de Prevenção e Controle da RAM.	18. Programa Nacional de Prevenção e Controle da RAM instituído	Sim
				A6- Apoiar Estados, DF e Municípios na qualificação de estratégias de ação voltadas à identificação de lacunas de conhecimento, melhorias de acesso ao diagnóstico e tratamento e promoção da saúde.	19. Manuais e orientações técnicas elaboradas e publicadas.	Não
				A7 - Fomentar a elaboração e implementação de Planos de Ação Estaduais e Municipais de Prevenção e Controle da RAM	10. realização de 03 oficinas anuais para implementação e monitoramento das ações de prevenção e controle de RAM nos Estados e Municípios utilizando a abordagem centradas nas pessoas (<i>people-centred approach</i>).	Não
				A8 - Apoiar a implementação do PAN-BR AGRO		Não

				A9 - Apoiar a implementação do PAN-VISA		Não
--	--	--	--	---	--	-----

Meta 1.2 - Promover a sustentabilidade, monitoramento e transparência das ações de prevenção e controle da RAM em "Uma Só Saúde"

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
1.2.1 Elaborar Plano de Financiamento permanente para as ações dos Planos Nacionais e Setoriais de Prevenção e Controle de RAM	PAN-BR Agro (2023-2027)	SVSA/MS, Mapa e Anvisa	Mapa, CGLAB, DESID; Universidades, Embrapa, setor regulado	A10 - Incluir ações de controle e prevenção de RAM nos programas orçamentários em saúde humana, animal, vegetal e ambiental	I11. Ações de Prevenção e Controle da RAM incluídas na programação orçamentária do MS, Mapa, MCTIC, Anvisa, MMA	Não
1.2.2 Estabelecer o Subcomitê de Monitoramento e Avaliação do PANBR no âmbito de Uma Só Saúde	PAN-BR Agro (2023-2027) PAN-Serviços de Saúde (2023-2027)	Mapa, SVSA, Anvisa	Mapa, Embrapa, MS, Anvisa, MMA, Universidades e setor regulado; CNPURN;	A11 - Coordenar e aprimorar a execução anual do Programa de Vigilância e Monitoramento da Resistência aos Antimicrobianos no Âmbito da Agropecuária.	I12. Divulgação de 01 relatório anual de progresso da implantação do PAN-BR	Sim

			SECTICS; Anvisa; SGIMS; CGLAB, DATASUS,	A12- Elaborar e pactuar a matriz de indicadores e a estratégia de monitoramento e avaliação da implementação do PAN-BR		Não
--	--	--	--	--	--	-----

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2 (OE2) Fortalecer a conscientização, comunicação e educação em RAM						
Objetivo Principal 2- Promover a mudança de comportamento da comunidade e profissionais de saúde relacionado RAM.						
Meta 2.1 - Estabelecer estratégias de comunicação em RAM voltada à comunidade e aos profissionais de saúde, incluindo aqueles que atuam na atenção primária e especializada à saúde.						
Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado

2.1.1 Estabelecer estratégia de comunicação multisetorial de abrangência nacional em RAM.	PAN-BR Agro (2023-2027); PAN-Serviços de Saúde (2023-2027); PAN VISA	SVSA/MS, Anvisa, Mapa, MMA, MCTIC	CGLAB, CGDEP, Nucom, Anvisa, Mapa, DATHI, CGTM, Fiocruz, CGIST, CCR/DTEC, CFMV, Universidades, Embrapa, Associações de médicos veterinários, FONESA, ANATER e setor regulado; GGTES, ANS, CONASS, CONASEMS E CNCIRAS; SBI, ABTMO, ABTO, ABIH e outras Sociedades Brasileiras; Ascom/MS, MMA, DATASUS, IEC	A13 - Elaborar e pactuar Plano de Comunicação em RAM contendo estratégias de engajamento, monitoramento da mudança de comportamento e identificando grupos prioritários entre profissionais e sociedade civil.	I13. PTA para construção do Plano de Comunicação elaborado. I14. 02 ciclos de pesquisa sobre compreensão a respeito da RAM realizados e divulgados. I15. Plano de Comunicação elaborado e disponibilizado.	Não
---	--	-----------------------------------	---	--	--	-----

Meta 2.2 - Estabelecer estratégias para ampliar a compreensão sobre RAM na educação básica, técnica e superior

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
2.2.1 Elaborar propostas para a inclusão da RAM e prevenção e controle de infecção (PCI) na grade curricular de educação	PAN-BR Agro (2023-2027); PAN-Serviços de Saúde (2023-2027); PAN-VISA	MEC, SAPS, SEGETS, SVSA/MS, Anvisa, Mapa, CONASS,	MEC; SEGETS, SVSA, Anvisa, ENSP/ Fiocruz, OPAS, Mapa, CCR/DTEC, CFMV, CFF, CFM Universidades, MMA,	A14 - Orientar Estados, Distrito Federal e Municípios para a inclusão da prevenção e controle da RAM e PCI na matriz curricular do ensino fundamental e médio.	I16. Material orientativo elaborado e publicado	Não

básica, técnica e superior de ciências da saúde		CONASEMS, CI UsS	Embrapa, Associações profissionais, FONESA, ANATER e setor regulado GVIMS e CNCIRAS, IEC, CNPURM	A15- Estabelecer Grupo Técnico para elaborar, coordenar e monitorar as estratégias de formação e capacitação em RAM no âmbito de Uma Só Saúde envolvendo ensino fundamental, médio, técnico e superior.	I17. Ações de prevenção e controle de infecção e da RAM incluídas no escopo dos programas educacionais do MS, Mapa, Anvisa e MEC. I18. Ações de prevenção e controle de infecção e da RAM incluída na matriz de competência da grade curricular dos cursos de graduação e residências.	Não
2.2.2 Elaborar, implementar e coordenar Plano de Capacitação para profissionais de saúde humana, animal, vegetal, ambiental, vigilância sanitária e gestores em saúde.	PAN-Serviços de Saúde (2023-2027); PAN-VISA	MEC, SEGETS, SVSA, Anvisa, SECTICS, SAPS, SAES, SE, MMA, MCTI	MEC; SEGETS, SVSA, Anvisa, ENSP/ Fiocruz, OPAS, Mapa, CCR/DTEC, CFMV, CFF, CFM Universidades, Embrapa, Associações profissionais, FONESA, ANATER e setor regulado GVIMS e CNCIRAS, IEC	A16 - Elaborar, pactuar e publicar Plano de Capacitação Profissional em RAM no âmbito da abordagem Uma Só Saúde	I19. Mapeamento de necessidades de capacitação e formação profissional em RAM realizado e publicado. I20. Plano de capacitação elaborado e publicado.	Não
				A17 - Disponibilizar nas plataformas virtuais de ensino do MS, Mapa, MMA e Anvisa e de Instituições Parceiras os materiais técnicos e educativos propostos no Plano de Capacitação Profissional em RAM no âmbito da abordagem Uma Só Saúde.	I21. 01 Relatório anual de monitoramento e avaliação das ações de capacitação publicado.	Sim
				A18 - Elaborar proposta para inclusão das ações de prevenção e controle da RAM nas estratégias de capacitação já estabelecidas no âmbito do SUS (Saúde na Escola, Residências Multidisciplinares, Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Comunitários de Endemias etc.)	I22. A definir	Não

				A19 - Promover o intercâmbio de conhecimento científico, estratégias de educação laboratorial, boas práticas clínicas e de vigilância na saúde humana, animal e meio ambiente.	I23. 01 Suplemento Especial da RESS sobre RAM e UsS publicado/ano. I24. 01 Simpósio Científico em RAM realizado bianualmente	Não
--	--	--	--	--	---	-----

Objetivo Principal 3 - Promover e estimular ações coordenadas entre estratégias e programas de saúde a fim de otimizar ações de prevenção, controle e comunicação de RAM

Meta 3.1 - Integrar ações de RAM com as prioridades e estratégias de promoção da saúde humana, animal, boas práticas de produção agroalimentar e meio ambiente

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
3.1.1 Estabelecer ações conjuntas para prevenção e controle da RAM e Programas e Estratégias de promoção da saúde no âmbito do SUS, saúde animal, meio ambiente e sistemas agroalimentares		MMA, Mapa, Anvisa, SVSA/MS, SAES, SEGETS, SAPS, SEIDIGI, SE	CNPURM; DAF/SECTICS, CGLAB, DATHI, DPNI, SAPS, SAES, SE, CNS, CONASS, CONASEMS, SESAI, SEGETS, SEIDIGI, IEC, Cenp	A20 - Mapear e promover a integração das ações de Prevenção e Controle da RAM com atividades, estratégias e programas prioritários para prevenção e controle de doenças na saúde humana e animal e preservação do meio ambiente.	I25.Nº de programas e estratégias de prevenção e promoção da saúde que incluíram o tema de RAM em seu escopo até 2027.	Sim

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3 (OE3)
Fortalecer o Conhecimento, Inovação e Base Científica

Objetivo Principal 4 - Fortalecer a tomada de decisão baseada em evidência por meio da Vigilância e Pesquisa em RAM

Meta 4.1 - Estimular o desenvolvimento de estudos, projetos e cooperações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em RAM no contexto nacional, e internacional

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
4.1.1 Estabelecer Subcomitê Científico para fomento e monitoramento das pesquisas, desenvolvimento e inovação relacionadas à prevenção e controle da RAM.	PAN-BR Agro (2023-2027); PAN-Serviços de Saúde (2023-2027); PAN-VISA	MCTI, MS (SVSA/Sectics), MEC, Anvisa, Mapa, Comitê Interinstitucional de UsS	CNPURM; CGHDE; GVIMS Catrem CNCIRASIEC, DECIT, EMBRAPA, CGLAB, BRCAST, Mapa, Embrapa, Universidades, CFMV, setor regulado; MMA, ANA, CNPq, DECIT	A21- Definir e pactuar estratégia e plano de trabalho do subcomitê científico de RAM.	I26. Subcomitê científico implementado. I27. Documento técnico contendo os critérios de priorização de pesquisas em RAM publicado. I28. Painel de monitoramento desenvolvido e disponibilizado em 2026. I29. Divulgação periódica de oportunidades de cooperação técnica realizada	Sim
				A22 - Elaborar a Lista Nacional de Patógenos Bacterianos Prioritários para RAM	I30. Lista nacional de patógenos bacterianos prioritários para RAM para o período de 2025-2030 publicada.	Sim
				A23 - Realizar levantamento e priorização das necessidades de estudos e pesquisas relacionadas à RAM no âmbito da abordagem Uma Só Saúde.	I31. Publicar 01 edital sobre pesquisas de implementação em RAM a cada 2 anos I32. Definir linhas de pesquisa prioritárias para publicação de edital.	Sim

				A24 - Elaborar e publicar editais periódicos para seleção e financiamento de projetos de pesquisa e inovação em RAM		Não
4.1.2 Desenvolver estudos que possibilitem compreender o impacto da RAM nos serviços de saúde e sob os aspectos econômico e sociais nas três esferas de gestão em saúde no âmbito da Uma Só Saúde		MS (SECTICS; SVSA); Mapa; Anvisa, MCTIC	DECIT, CGLAB, DAEVS, CNPq, GVIMS, GGMON, Desid, DAENT/SVSA	A25 - Elaborar estudos técnicos periódicos sobre o impacto da RAM nos serviços de saúde, incluindo estudos de prevalência, perfil de consumo e acesso a antimicrobianos, impacto econômico. A26 - Desenvolver o inquérito nacional sobre a carga de RAM nos serviços de saúde. A27 - Elaborar e divulgar Boletins Epidemiológicos e Relatórios sobre IRAS e RAM.	I33. Relatório parcial do inquérito disponibilizado em 2026. I34. 01 Estudo sobre o consumo de antimicrobianos no período de 2022 a 2024 publicado. I35. 01 Estudo de prevalência das principais infecções hospitalares publicado até 2028.	Sim
4.1.3 Estimular, no âmbito dos blocos econômicos e políticos, o desenvolvimento de pesquisas voltadas a promover a integração e preencher lacunas do conhecimento sobre RAM		MS (SVSA, Sectics), Aisa, Mapa, Anvisa	CGLAB, CGTM, DECIT, Aisa, MRE, Rede TB, Mapa	A28 - Fortalecer o monitoramento e a pesquisa sobre RAM no âmbito do G20, BRICS, COVIGSAL/MERCOSUL e na CPLP, com participação ativa do Brasil.	I36. Subcomitês de RAM implementados no âmbito da COVIGSAL e CPLP. I37. Plano de trabalho elaborado e disponibilizado	Sim
Meta 4.2 - Compreender o impacto da RAM nos diferentes grupos populacionais brasileiros e no meio ambiente						
Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
4.2.1 Apoiar o desenvolvimento de ações e estratégias para ampliar a compreensão sobre o impacto das	Plano Clima	SVSA/MS MMA, Mapa, IEC, Fiocruz	MS, MMA, Comitê Técnico	A29 - Apoiar a implementação, monitoramento e avaliação do Plano Clima no que tange à RAM.	I38. A definir	Sim

mudanças climáticas no desenvolvimento e dispersão de mecanismos de resistência.			Interinstitucional de Uma Só Saúde	A30 - Apoiar estudos que permitam o mapeamento das fontes de emissão, dispersão e exposição de patógenos resistentes, mecanismos de resistência e resíduos de antimicrobianos no meio ambiente e seus respectivos parâmetros de monitoramento.	I39. A definir	Sim
				A31 - Definir e pactuar, baseado em evidências, legislação pertinente para o monitoramento de patógenos resistentes e resíduos de medicamentos no meio ambiente.	I40. Legislação normatizando o monitoramento de patógenos resistentes e resíduos de medicamentos antimicrobianos publicada	Não
4.2.2 Fomentar estudos e projetos voltados a compreender o impacto social da RAM na comunidade, incluindo populações vulnerabilizadas.	CIEDS	SVSA/MS, SECTICS, SESAI, CTIUsS	CIEDS, SESAI, SAPS, SECTICS, CONASS, CONASEMS, IEC, Cenp, Anvisa	A32 - Mapear as lacunas de conhecimento o impacto da RAM frente às questões de gênero e raça nos grupos populacionais, incluindo os vulnerabilizados, idosos, povos originários e aspectos regionais.	I41. Mapeamento realizado e publicado.	Sim
				A33 - Elaborar propostas e implementar ações e políticas públicas para mitigação do impacto das infecções resistentes em populações vulnerabilizadas.		I42. Plano de ação elaborado, pactuado e publicado.

Meta 4.3 - Qualificar a geração de dados em RAM e IRAS nos serviços de saúde de modo a subsidiar a tomada de decisão e formulação de políticas públicas em RAM

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
----------------------------------	--	----------------------------	---------------------------	------------------------------	--------------------	-----------------

4.3.1 Estruturar a rede de vigilância laboratorial bacteriológico, micológico e molecular, garantindo padrões de qualidade e biossegurança nos laboratórios de saúde humana, animal e meio ambiente.	PAN-BR Agro (2023-2027); PAN-VISA	SVSA/MS, Anvisa, Mapa	MS (CGLAB e CGTM, Cenp), SES, SMS, LACEN, CONASS, CONASEMS; CGHDE; CGLAB, CGTM; IEC, Fiocruz; Anvisa; Mapa, MMA	A34 - Mapear, qualificar e ampliar a capacidade instalada e de resposta em microbiologia laboratorial, na saúde humana, animal e meio ambiente.	I43. Relatório do mapa analítico da Rede Nacional de Vigilância de RAM, incluindo a Rede de diagnóstico de Tuberculose, Hanseníase, IST, publicado e divulgado. I44. Planejamento Estratégico integrado 2026-2030 publicado no segundo semestre de 2026. I45. Ato Normativo estabelecendo a Rede Nacional de Vigilância Laboratorial de RAM publicado. I46. Número de Laboratórios da Rede Nacional de Vigilância Laboratorial de RAM atuante e fornecendo dados para a gestão nacional de prevenção e controle da RAM.	Sim
				A35 - Identificar e integrar laboratórios de microbiologia da gestão Estadual e Municipal na Rede de Vigilância de Resistência aos Antimicrobianos.	I47. Guia DLSP atualizado e divulgado. I48. Relatório das reuniões regionais realizadas.	Não
				A36 - Estruturar a Vigilância Genômica de RAM na saúde humana e animal.	I49. Rede de Vigilância Genômica de RAM estabelecida oficialmente para patógenos bacterianos e fúngicos prioritários, HIV, Tuberculose e IST. I50. Relatório anual de vigilância genômica de RAM publicado.	Sim

				<p>A37 - Promover boas práticas de qualidade e biossegurança vigilância laboratorial de microbiologia em saúde humana, animal e meio ambiente.</p>	<p>I51. 01 Manual de boas práticas em Qualidade e Biossegurança para laboratórios de microbiologia e sequenciamento genômico publicado.</p> <p>I52. 01 Relatório técnico sobre a adequação às boas práticas de qualidade e biossegurança nos laboratórios de microbiologia da RNLSP disponibilizado.</p>	Sim
				<p>A38 - Ampliar e qualificar a capacidade de monitoramento de patógenos resistentes, mecanismos de resistência e resíduos antimicrobianos no meio ambiente.</p>	<p>I53 - Rede de monitoramento de patógenos resistentes no meio ambiente estabelecida.</p>	Sim
4.3.2 Estabelecer Rede Sentinela de RAM nos serviços de saúde humana e animal	PAN-Serviços de Saúde (2023-2027); PAN-BR AGRO	MS (SECTICS; SVSA); Mapa; Anvisa, MCTIC	DECIT, CGLAB, DAEVS, CNPq, GVIMS, GGMON, DESID	<p>A39 - Definir e publicar os critérios de seleção (categoria de serviço, nível de atenção) e periodicidade de envio de informações referentes a infecções por patógenos resistentes.</p>	<p>I54. A definir</p>	Sim
				<p>A40 - Elaborar material técnico orientativo e promover a capacitação nos critérios de notificação de infecções causadas por patógenos resistentes.</p>	<p>I55. A definir</p>	Não
				<p>A41 - Adequar a Rede Nacional de Dados em Saúde para recebimento de dados microbiológicos e clínicos relacionados às infecções resistentes provenientes dos serviços de saúde humana</p>	<p>I56. A definir</p>	Sim

				A42 - Ampliar o envio de dados para o Global Antimicrobial Resistance and Use Surveillance System (GLASS).	157. A definir	Sim
				A43 - Fomentar a participação e integração do setor privado, não-governamental e academia na vigilância de RAM na saúde humana.	158. A definir	Não
				A44 - Integrar a bases de dados para o monitoramento da vigilância laboratorial - perfil de resistência e aspectos da distribuição de genes de resistência - e consumo de antimicrobianos ambulatorial e hospitalar nos setores público e privado.	159. Painel de monitoramento desenvolvido e disponibilizado para acesso ao público. 160. Rede Nacional de Dados em Saúde com capacidade para receber dados de RAM.	Não
		SVSA/MS, Anvisa, Mapa	CNPURM; CGHDE; GVIMS Catrem CNCIRAS CECIRAS/CDCIRAS, CGLAB, CGDEP, GAB/SVSA. IEC, CGTM	A45 - Promover o intercâmbio de conhecimento científico, estratégias de educação laboratorial, boas práticas clínicas e de vigilância na saúde humana, animal e meio ambiente.	161. Realização de 05 oficinas de integração regional no período de 2026 e 2027	Não
4.3.3 Estabelecer Sistema Nacional de Vigilância e Monitoramento Integrado da Resistência aos Antimicrobianos	PAN-Serviços de Saúde (2023-2027) PAN-BR Agro (2023-2027) Programa Nacional de Monitoramento de Microrganismos Resistentes e Resíduos de	MMA, Mapa, Anvisa, SVSA/MS, SAES, SEGETS, SAPS, SEIDIGI, SE	DATASUS, SVSA, Mapa, GVIMS, GELAS/Anvisa, GGTES, EMBRAPA, MMA, MEC, setor regulado e Comitê Interministerial Uma Só Saúde, EBSERH, IEC, BRCAST	A46 - Elaborar e pactuar a proposta de Sistema Nacional de Vigilância e Monitoramento Integrado da RAM.	162. Ato normativo definindo fluxos e parâmetros para a vigilância multissetorial de RAM publicado em 2027. 163. Publicação de estratégias regulatórias conjuntas envolvendo os setores de saúde humana, animal, vegetal e ambiental pactuadas e publicadas.	Não

	Antimicrobianos em Alimentos (Piloto)			A47 - Fortalecer o sistema de monitoramento do uso de antimicrobianos no âmbito da agropecuária.	I64. A Definir	Sim
				A48 - Ampliar a capacidade nacional de monitoramento de patógenos resistentes e resíduos de antimicrobianos em matrizes alimentares.	I65. A definir	Sim

Meta 4.4 - Promover a integração das ações de controle e prevenção de RAM e as estratégias de preparação e resposta a emergências em saúde pública

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
4.4.1 Estabelecer protocolos e fluxos para a investigação de eventos em saúde pública relacionados a patógenos resistentes de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional e Acordo de Pandemias.	PAN-Serviços de Saúde (2023-2027); PLACON - RM 2021	SVSA/MS; Anvisa	CNPURM; CGHDE; SVSA/MS; Anvisa; DEMSP, CIEVS; CNPURM; GVIMS CECIRAS CDCIRAS CMCIRAS, IEC, CONASS, CONASEMS	A49 - Pactuar, instituir orientações, fluxograma, responsabilidades e objetivos da resposta a eventos relacionados a RAM no âmbito da Vigilância em Saúde.	I66. Fluxo de investigação de surtos relacionados à RAM publicado.	Não
				A50 - Apoiar a aplicação nos estados da ferramenta de autoavaliação de capacidades - SPAR	I67. Ferramenta de autoavaliação de capacidades aplicada em 100% das Unidades Federadas até 2028.	Não

				A51 - Revisar, divulgar e capacitar estados, DF e Municípios no Plano de Contingência para eventos relacionados a infecções resistentes.	168. Plano de contingência elaborado e divulgado. 169. 05 Simulados de mesa realizados/ano.	Não
--	--	--	--	--	--	-----

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4 (OE4)
Reduzir a Incidência de infecções com medidas eficazes de saneamento, higiene e prevenção de infecções

Objetivo Principal 5 - Estabelecer mecanismos para o processo de melhoria contínua da prevenção e controle de infecções no país

Meta 5.1 - Fortalecer a implantação de medidas de prevenção e controle de infecções no âmbito de Uma Só Saúde

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
5.1.1 Promover a implantação de medidas de prevenção e controle de infecções no âmbito da saúde humana.	PAN-Serviços de Saúde (2023-2027)	Anvisa SVSA/MS	GVIMS, CNCIRAS, CDCIRAS, CECIRAS, CMCIRAS, CCIH, EBSERH, Catrem, CIEDS, OPAS, GGES, CONASS e CONASEMS	A52 - Fortalecer os Programas de Prevenção e Controle de IRAS	170. Relatório com as ações de PCI implementadas nas três esferas de gestão em saúde.	Sim
				A53 - Desenvolver estratégias para implementação e fortalecimento dos programas de prevenção e controle de IRAS estaduais, distrital e municipais.	171. Programas Estaduais de PCI implementados nas 27 UF e nas 26 capitais do país.	Sim
				A54 - Integrar estratégias de prevenção e controle da RAM com as estratégias de Segurança do Paciente.	172 - A definir	Não

				A55 - Promover campanhas de conscientização sobre práticas de higiene na saúde humana	I73. Número de campanhas e materiais orientativos sobre boas práticas de higiene ano	Não
				A56 - Implementar, promover e monitorar as ações de medidas de prevenção e controle de infecções e RAM na atenção primária.	I74. Unidades de Atenção Primária com programas de PCI implementados.	Não
5.1.2 Fortalecer a implantação de medidas de prevenção e controle de infecções no âmbito da agropecuária.	PAN-BR Agro (2023-2027)	Mapa, DSA/SDA e DECAP/SDI	Mapa, Embrapa, Universidades, CFMV	A57 - Fortalecer e apoiar a adoção das boas práticas agropecuárias.	I75. A definir	Sim

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5 (OE5) Ampliação do acesso oportuno e de qualidade ao diagnóstico, tratamento e aos serviços de saúde						
Objetivo Principal 6 - Fortalecimento da Política Nacional de Medicamentos e Estratégias para promoção do Uso Racional de Medicamentos						
Meta 6.1 - Fortalecer ações e programas voltados à qualidade, otimização do gerenciamento e consumo de antimicrobianos nos serviços de saúde						
Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
6.1.1 Promover o Uso Racional e Sustentável de antimicrobianos na saúde humana e animal	PAN-BR Agro (2023-2027)	SVSA/MS; Mapa; Anvisa	CNPURM, SES, CFF, CONASS, CONASEMS, CRF; Mapa, Embrapa, Universidades,	A64 - Estimular a implementação dos Comitês Estaduais e Municipais para promoção do Uso	I76. Nº de Comitês implementados/Ano.	Sim

			CFMV, Associações de médicos veterinários, CNPURN, CFF, MMA	Racional de Medicamentos		
				A65 - Apoiar Estados, DF e Municípios na identificação de lacunas de abastecimento, acesso ao tratamento oportuno e na elaboração de estratégias de melhoria.	I77. Material técnico orientando sobre o uso da Classificação de antibióticos "Acesso, Atenção e Reserva"(AWaRe) na elaboração da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais publicado.	Não
				A66- Promover a implementação e o fortalecimento de Programas de Gerenciamento de Antimicrobianos nos serviços de saúde.	I78. Realizar 05 oficinas regionais e 05 webinários para orientação sobre o PGA	Sim
6.1.2 Fortalecer estratégias de farmacovigilância relacionadas aos antimicrobianos de uso humano e veterinário.	PAN VISA, PAN-Serviços de Saúde (2023-2027)	Anvisa, SECTICS	GVIMS, especialistas no tema, CNCIRAS, Catrem, CNPURN, CECIRAS, CDCIRAS e CMCIRAS. GVIMS Catrem CNCIRAS CECIRAS/CDCIRAS, CNPRUM, DAF, CFF	A67 - Aprimorar a ampliar o monitoramento da qualidade de medicamentos antimicrobianos comercializados	I79. Relatórios anuais de monitoramento da qualidade de antimicrobianos publicado.	Sim
				A68- Fortalecer as estratégias de controle de prescrição e vendas de antimicrobianos e monitorar a comercialização e uso de medicamentos antimicrobianos de uso humano e veterinário	I80. Adesão ao GLASS-U realizada com envio anual de dados sobre consumo de antimicrobianos. I86. Painel de monitoramento do consumo de antimicrobianos desenvolvido. I81. Elaborar campanhas de orientação aos profissionais prescritores e farmacêuticos	Sim

					quanto à prescrição e venda de antimicrobianos.	
6.1.3 Promover o acesso equitativo e oportuno ao tratamento	Matriz de desafios produtivos e tecnológicos em saúde - Portaria nº2261/2023	MS, Anvisa	DECIIS/SECTICS; DAF/SECTICS; Anvisa, CONASEMS, CONASS	A69 - Subsidiar a incorporação de novos antimicrobianos no SUS, alinhando as necessidades do sistema e às evidências científicas e epidemiológicas.	I82. Relatório contendo lacunas de acesso e necessidades para subsidiar a discussão de incorporação de novos antimicrobianos no SUS. I83. Dados nacionais do uso de antimicrobianos e aspectos sociodemográficos disponíveis na PNAUM.	Sim
				A70 - Mapear a disponibilidade e desafios para o abastecimento de antimicrobianos da classe acesso na atenção primária à saúde.		Não
				A71 - Incluir o eixo de antimicrobianos na Pesquisa Nacional de Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos - PNAUM		Não

Meta 6.2 -Incluir e criar novos protocolos sobre RAM e guias terapêuticos das doenças infecciosas e não infecciosas e da Atenção Básica e Especializada, garantindo sua ampla divulgação.

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
6.2.1 Apoiar com evidências científicas a elaboração ou revisão de protocolos e guias terapêuticos, incluindo o uso de antimicrobianos na Atenção Básica, Atenção especializada e nas doenças não transmissíveis ou infecciosas.		MS, SES e SMS	CGHDE; CGPCDT/DGITS/SC TIE; MS (CGTM, SECTICS); OPAS; CONASS; CONASEMS; CNPRUM; CGLAB; SAPS; SAES; DAF	A72 - Estabelecer métodos (com áreas de MS) para priorizar e elaborar os PCDT para doenças infecciosas e de condições crônicas que ainda não tem protocolo.	I84.A definir	Não
				A73- Elaborar, revisar, adaptar e divulgar guias terapêuticos para orientar o uso de antimicrobianos na Atenção Básica.	I85.A definir	Sim

Objetivo Principal 7 - Acesso ao diagnóstico oportuno e de qualidade

Meta 7.1 - Fomentar a análise estratégica e o acesso ao diagnóstico microbiológico no SUS

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
7.1.1 Aprimorar as ferramentas para diagnósticos etiológico e detecção de mecanismos de resistência no âmbito dos serviços de saúde do SUS.	PAN-Serviços de Saúde (2023-2027)	CGLAB, Anvisa	BRCAS, SBPC, SBAC	A74 - Realizar mapeamento situacional da rede de laboratórios clínicos dos setores público e privados para ampliar a compreensão sobre a capacidade instalada	I86. Relatório Situacional elaborado e publicado	Não

				e necessidades do setor, incluindo Tuberculose, Hanseníase e IST.		
				A75 - Apoiar Estados, DF e Municípios na capacitação e implementação de sistema de gestão da qualidade e biossegurança laboratorial em microbiologia.	I87. A definir	Sim
				A76 - Ampliar a capacidade diagnóstico microbiológico na RNLS	I88. Aquisição de insumos para diagnóstico microbiológico incluídos na programação anual de aquisições da CGLAB e distribuídos aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública.	Sim
				A77- Promover a padronização dos testes de sensibilidade aos antimicrobianos nos laboratórios clínicos brasileiros.	I89. Ampliar em 80% os laboratórios que utilizam os protocolos do BRCAST para TSA até 2026. I96. 70% dos laboratórios clínicos brasileiros utilizando os protocolos do BRCAST para TSA até 2030.	Sim
7.1.2 Fomentar estudos para compreender as necessidades de acesso ao diagnóstico microbiológico nos serviços de saúde	PAN-Serviços de Saúde (2023-2027)	SVSA/MS, Anvisa, IEC	GVIMS, Catrem, BrCAST, CNCIRAS, CGLAB/MS, SAS/MS e CGHOSP/MS	A78 - Mapear a disponibilidade e obstáculos para o acesso ao diagnóstico microbiológico nos serviços de saúde, incluindo para	I90. Mapeamento realizado e proposta de otimização de rede de diagnóstico microbiológico elaborada	Não

				Tuberculose, Hanseníase e IST.		
				A79 - Ampliar para 100% das UF que realizam Teste de Suscetibilidade com vigilância laboratorial via GAL para Tuberculose Drogarresistente.	I91.A definir	Sim
		MS	SVSA; SECTICS; CONASS; CONASEMS	A80 - Realizar estudos e análises estratégicas para identificar prioridades e subsidiar a incorporação de testes diagnósticos rápidos e moleculares no SUS, alinhando as necessidades do sistema às evidências científicas, epidemiológicas e dificuldades de acesso.	I92. A definir	Sim

Meta 7.2 - Estimular a incorporação de insumos estratégicos para vigilância epidemiológica de patógenos resistentes

Intervenções Estratégicas	Planos/Programas Nacionais Envolvidos	Áreas Coordenadoras	Setores Envolvidos	Atividades Principais	Indicadores	Iniciado
----------------------------------	--	----------------------------	---------------------------	------------------------------	--------------------	-----------------

7.2.1 Fortalecer a infraestrutura e os processos de gestão de insumos diagnósticos, visando promover o acesso oportuno ao diagnóstico e tratamento.	PNPCIRAS, PAN Serviços de Saúde	SECTICS, SVSA, Anvisa	GVIMS, Catrem, BrCAST, CNCIRAS, CGLAB/MS, SAS/MS e CGHOSP/MS, IEC, DECIT, DECIIS	A81 - Elaborar e publicar a lista de diagnóstico essencial para microbiologia nos serviços de saúde incluindo orientações sobre o uso apropriado do diagnóstico (<i>diagnostic stewardship</i>)	I93. Elaborar e divulgar manual de gestão do diagnóstico microbiológico nos serviços de saúde.	Sim
				A82 - Apoiar o desenvolvimento de estratégias de saúde digital para a suporte à gestão do diagnóstico, ampliar o acesso da população aos serviços diagnósticos e integração com estratégias de gerenciamento de antimicrobianos.	I94. A definir	Não
				A83 - Realizar análise de horizonte tecnológico para a incorporação de novos testes para detecção de patógenos resistentes e teste de sensibilidade a antimicrobianos, incluindo para tuberculose e IST.	I95. A definir	Não
7.2.2 Estimular, no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, a produção nacional de novos testes diagnósticos (rápidos e moleculares).	PORTARIA GM/MS Nº 2.261, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023					

				A84 - Desenvolver e incorporar novos testes diagnósticos para a rotina de monitoramento infecções bacterianas, fúngicas e outros patógenos resistentes, promovendo inovação e adequação às necessidades do SUS.	196. A definir	Não
--	--	--	--	---	----------------	-----

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal